

# 500 QUESTÕES TJ-PA

QUESTÕES GABARITADAS

NB077-N9

## **OBRA**

500 Questões - TJ

Legislação Federal  
Português.

Matemática E Raciocínio Lógico

Informática

Administração Geral

Administração Pública

Legislação Dos Tribunais De Justiça (Tjs)

Orçamento Público

Direito Administrativo

Direito Constitucional

Direito Civil

Direito Processual Civil.

Direito Penal.

Direito Processual Penal

Direitos Das Pessoas Com Deficiência

Direito Empresarial

Direito Tributário

## **PRODUÇÃO/ASSESSORIA**

Leandro Filho

## **DIAGRAMAÇÃO**

Victor Andrade

## **CAPA**

Joel Ferreira dos Santos

# ÍNDICE

## 500 QUESTÕES GABARITADAS | TJ-PA

Legislação Federal.....	01
Português.....	03
Matemática E Raciocínio Lógico.....	26
Informática.....	35
Administração Geral.....	45
Administração Pública.....	54
Legislação Dos Tribunais De Justiça (TJS).....	58
Orçamento Público.....	61
Direito Administrativo.....	69
Direito Constitucional.....	72
Direito Civil.....	76
Direito Processual Civil.....	81
Direito Penal.....	88
Direito Processual Penal.....	94
Direitos Das Pessoas Com Deficiência.....	101
Direito Empresarial.....	108
Direito Tributário.....	110

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

### **1. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 9.784/1999, a competência para a prática de atos administrativos cabe aos órgãos administrativos a que foi inicialmente atribuída, podendo eventualmente ser delegada ou avocada nas hipóteses previstas em regulamento próprio, pois excepcionalmente renunciável.
- b) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 7.347/1985, na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor.
- c) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 12.965/2014, a disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento a dignidade da pessoa humana, bem como o reconhecimento da escala local e mundial da rede, os direitos sociais, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais, a pluralidade e a diversidade, a abertura e a colaboração, a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor, bem com a lucratividade das empresas prestadoras de tais serviços.
- d) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 12.016/2009, será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar ex officio ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de 30 (trinta) dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem.

### **2. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 8.666/1993, os contratos ali disciplinados somente poderão ser alterados por acordo das partes ou por decisão judicial.
- b) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 9.784/1999, é dever da Administração, por seus agentes, prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- c) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 12.965/2014, a parte interessada poderá, com o propósito de formar conjunto probatório em processo judicial cível ou penal, em caráter incidental ou autônomo, requerer ao juiz que ordene ao responsável pela guarda o fornecimento de registros de conexão ou de registros de acesso a aplicações de internet. Para tanto, e sem prejuízo dos demais requisitos legais, o requerimento deverá conter, sob pena de inadmissibilidade, fundados indícios da ocorrência do ilícito, justificativa moti-

vada da utilidade dos registros solicitados para fins de investigação ou instrução probatória e o período ao qual se referem os registros.

- d) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 8.429/1992, celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

### **3. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** De acordo com a Lei 9.307/96, que dispõe sobre a arbitragem, assinale a alternativa correta:

- a) A sentença arbitral será proferida no prazo estipulado pelas partes. Nada tendo sido convencionado, o prazo para a apresentação da sentença é de três meses, contado da instituição da arbitragem ou da substituição do árbitro.
- b) Poderão as partes escolher, livremente, as regras de direito que serão aplicadas na arbitragem, desde que não haja violação aos bons costumes e à ordem pública.
- c) Considera-se instituída a arbitragem quando aceita a nomeação pelo árbitro, se for único, ou pela maioria absoluta, se forem vários.
- d) Às partes é vedado estabelecer o processo de escolha dos árbitros, devendo adotar as regras de um órgão arbitral institucional ou entidade especializada.

### **4. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A Lei 13.019 de 2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. Referida lei prevê que o edital do chamamento público especificará, no mínimo:

- a) O tipo de parceria a ser celebrada; objeto da parceria; as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas; as datas e os critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso; o valor previsto para a realização do objeto; as condições para interposição de recurso administrativo; a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.
- b) A programação orçamentária que autoriza e fundamenta a celebração da parceria; o tipo de parceria a ser celebrada; as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas; as datas e os critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso; as condições para interposição de recurso administrativo; a minuta do

- instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.
- c) forma de apresentação das propostas; as datas e os critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso; o valor previsto para a realização do objeto; as condições para interposição de recurso administrativo; a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.
- d) A programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria; o tipo de parceria a ser celebrada; objeto da parceria; as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas; as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso; o valor previsto para a realização do objeto; as condições para interposição de recurso administrativo; a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.

**5. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A Lei 12.965 de 2014 estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria. Segundo referida Lei a disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios:

- a) Garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal; preservação e garantia da neutralidade de rede; preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas; responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei; preservação da natureza participativa da rede; liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei.
- b) Preservação e garantia da neutralidade de rede; preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas; responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei; preservação da natureza participativa da rede; liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei.

- c) Proteção da privacidade; proteção dos dados pessoais, na forma da lei; preservação e garantia da neutralidade de rede; preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas; responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei; preservação da natureza participativa da rede; liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei.
- d) Garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal; proteção da privacidade; proteção dos dados pessoais, na forma da lei; preservação e garantia da neutralidade de rede; preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas; responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei; preservação da natureza participativa da rede; liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei.

**6. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** O exercício dos direitos morais sobre a obra audiovisual cabe:

- a) Exclusivamente ao diretor.  
b) Ao Autor.  
c) Aos patrocinadores.  
d) Aos artistas intérpretes.

**7. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Julgue as assertivas relacionadas ao instituto da arbitragem:

- I. As partes interessadas podem submeter a solução de seus litígios ao juízo arbitral mediante convenção de arbitragem, assim entendida a cláusula compromissória e o compromisso arbitral.  
II. A administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais indisponíveis.  
III. A arbitragem poderá ser de direito ou de equidade, a critério das partes.  
IV. A arbitragem que envolva a administração pública será sempre de direito e respeitará o princípio da publicidade.

A sequência correta é:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.  
b) Apenas a assertiva II está correta.  
c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.  
d) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

**8. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** São consideradas obras intelectuais protegidas pela legislação sobre direitos autorais, **EXCETO**:

- a) As obras dramáticas e dramático-musicais.
- b) Os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios.
- c) As ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza.
- d) As obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas.



## GABARITO

1	B
2	C
3	B
4	D
5	D
6	A
7	D
8	B

## PORTUGUÊS

**1. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP-2019)** Assinale a alternativa em que a acentuação e a grafia das palavras estão de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Pela fronteira, tem entrado no país muitos refugiados, e é imprescindível acolhê-los adequadamente.
- b) Faltou ombridade aos dirigentes da empresa, pois eles omitiram dos sócios o r ecorde de vendas.
- c)   excess o dos quibes, os salgados servidos na cerim onia de inaugura o estavam saborosos.
- d) A atendente da companhia aérea fez uma r ubrica na passagem para retificar o horário do voo.
- e) Atualmente,   mister acabar com privilégios concedidos a cl s inescrupulosos.

**2. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP-2019)**

*Procuram-se especialistas em evitar fraudes*

A recente onda de escândalos de corrup o levou as empresas brasileiras a investir em uma área ainda pouco conhecida no mercado: o compliance.

O profissional que atua nesse setor   responsável por receber denúncias, combater fraudes, realizar investiga es internas e garantir que a companhia cumpra leis, acordos e regulamentos da sua área de atua o. Ele tem o papel importante de auxiliar a empresa a se proteger de eventuais problemas de corrup o.

“Nos últimos anos, a área de compliance assumiu protagonismo nas empresas.   uma profissão com salários altos já que as pessoas com experiência ainda são escassas no mercado”, diz o advogado Thiago Jabor Pinheiro, 35.

“Como não existem cursos de gradua o específicos de compliance, o estudante que se interesse pela área pode direcionar seu curso para questões de auditoria, preven o de fraude, direito administrativo e governança corporativa”, diz Pinheiro.

Apesar de sobrarem vagas nesse mercado, conseguir um emprego não   fácil. “  fundamental que a pessoa seja atenta aos detalhes, entenda como funciona uma organiza o e tenha fluência em inglês porque as melhores práticas vêm de fora do país, sobretudo dos EUA e da Inglaterra”, diz o advogado.

Para Caroline Cadorin, diretora de uma consultoria, os candidatos precisam ter jogo de cintura para lidar com as mais diversas situa es. “Estamos falando de profissionais com forte conduta  tica, honestidade e que buscam a promo o da transparência. Hoje as empresas são cientes de seus papéis ativos no combate   corrup o, especialmente aquelas envolvidas em projetos de órgãos públicos. As companhias que mant m departamentos de compliance são vistas como mais transparentes”, diz Cadorin.

(Larissa Teixeira. *Folha de S.Paulo*, 28.09.2017. Adaptado)

No quinto parágrafo, em – Apesar de sobraem vagas nesse mercado... –, o verbo **sobrar** tem a mesma predicação do verbo destacado em:

- Ele **tem** o papel importante de auxiliar a empresa a se proteger...
- ... as pessoas com experiência ainda **são** escassas no mercado...
- ... porque as melhores práticas **vêm** de fora do país...
- ... garantir que a companhia **cumpra** leis, acordos...
- As companhias que **mantêm** departamentos de compliance...

### 3. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP-2019)

*Procuram-se especialistas em evitar fraudes*

A recente onda de escândalos de corrupção levou as empresas brasileiras a investir em uma área ainda pouco conhecida no mercado: o compliance.

O profissional que atua nesse setor é responsável por receber denúncias, combater fraudes, realizar investigações internas e garantir que a companhia cumpra leis, acordos e regulamentos da sua área de atuação. Ele tem o papel importante de auxiliar a empresa a se proteger de eventuais problemas de corrupção.

“Nos últimos anos, a área de compliance assumiu protagonismo nas empresas. É uma profissão com salários altos já que as pessoas com experiência ainda são escassas no mercado”, diz o advogado Thiago Jabor Pinheiro, 35.

“Como não existem cursos de graduação específicos de compliance, o estudante que se interesse pela área pode direcionar seu curso para questões de auditoria, prevenção de fraude, direito administrativo e governança corporativa”, diz Pinheiro.

Apesar de sobraem vagas nesse mercado, conseguir um emprego não é fácil. “É fundamental que a pessoa seja atenta aos detalhes, entenda como funciona uma organização e tenha fluência em inglês porque as melhores práticas vêm de fora do país, sobretudo dos EUA e da Inglaterra”, diz o advogado.

Para Caroline Cadorin, diretora de uma consultoria, os candidatos precisam ter jogo de cintura para lidar com as mais diversas situações. “Estamos falando de profissionais com forte conduta ética, honestidade e que buscam a promoção da transparência. Hoje as empresas estão cientes de seus papéis ativos no combate à corrupção, especialmente aquelas envolvidas em projetos de órgãos públicos. As companhias que mantêm departamentos de compliance são vistas como mais transparentes”, diz Cadorin.

(Larissa Teixeira. *Folha de S.Paulo*, 28.09.2017. Adaptado)

O trecho destacado em – “Estamos falando de profissionais **com forte conduta ética...**” (último parágrafo) – está reescrito em conformidade com a norma-padrão na alternativa:

- ... cuja conduta deve ser fortemente ética...
- ... a quem a conduta deve ser fortemente ética...
- ... onde a conduta deve ser fortemente ética...
- ... cujo o comportamento deve ser fortemente ético...
- ... com quem o comportamento deve ser fortemente ético...

### 4. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP-2019)

*Procuram-se especialistas em evitar fraudes*

A recente onda de escândalos de corrupção levou as empresas brasileiras a investir em uma área ainda pouco conhecida no mercado: o compliance.

O profissional que atua nesse setor é responsável por receber denúncias, combater fraudes, realizar investigações internas e garantir que a companhia cumpra leis, acordos e regulamentos da sua área de atuação. Ele tem o papel importante de auxiliar a empresa a se proteger de eventuais problemas de corrupção.

“Nos últimos anos, a área de compliance assumiu protagonismo nas empresas. É uma profissão com salários altos já que as pessoas com experiência ainda são escassas no mercado”, diz o advogado Thiago Jabor Pinheiro, 35.

“Como não existem cursos de graduação específicos de compliance, o estudante que se interesse pela área pode direcionar seu curso para questões de auditoria, prevenção de fraude, direito administrativo e governança corporativa”, diz Pinheiro.

Apesar de sobraem vagas nesse mercado, conseguir um emprego não é fácil. “É fundamental que a pessoa seja atenta aos detalhes, entenda como funciona uma organização e tenha fluência em inglês porque as melhores práticas vêm de fora do país, sobretudo dos EUA e da Inglaterra”, diz o advogado.

Para Caroline Cadorin, diretora de uma consultoria, os candidatos precisam ter jogo de cintura para lidar com as mais diversas situações. “Estamos falando de profissionais com forte conduta ética, honestidade e que buscam a promoção da transparência. Hoje as empresas estão cientes de seus papéis ativos no combate à corrupção, especialmente aquelas envolvidas em projetos de órgãos públicos. As companhias que mantêm departamentos de compliance são vistas como mais transparentes”, diz Cadorin.

(Larissa Teixeira. *Folha de S.Paulo*, 28.09.2017. Adaptado)

Assinale a alternativa que completa corretamente o trecho a seguir.

A recente onda de escândalos de corrupção levou as empresas...

- a) a alguns ajustes para a adaptação ao mercado atual.
- b) a acertadamente buscar maior transparência nas relações comerciais.
- c) a uma nova dinâmica de governança e gerenciamento de contratos.
- d) a incorporação de área técnica de responsabilidade do compliance.
- e) a projetos com órgãos públicos que envolvam combate a fraudes.

## 5. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP-2019)

*Procuram-se especialistas em evitar fraudes*

A recente onda de escândalos de corrupção levou as empresas brasileiras a investir em uma área ainda pouco conhecida no mercado: o compliance.

O profissional que atua nesse setor é responsável por receber denúncias, combater fraudes, realizar investigações internas e garantir que a companhia cumpra leis, acordos e regulamentos da sua área de atuação. Ele tem o papel importante de auxiliar a empresa a se proteger de eventuais problemas de corrupção.

“Nos últimos anos, a área de compliance assumiu protagonismo nas empresas. É uma profissão com salários altos já que as pessoas com experiência ainda são escassas no mercado”, diz o advogado Thiago Jabor Pinheiro, 35.

“Como não existem cursos de graduação específicos de compliance, o estudante que se interesse pela área pode direcionar seu curso para questões de auditoria, prevenção de fraude, direito administrativo e governança corporativa”, diz Pinheiro.

Apesar de sobraem vagas nesse mercado, conseguir um emprego não é fácil. “É fundamental que a pessoa seja atenta aos detalhes, entenda como funciona uma organização e tenha fluência em inglês porque as melhores práticas vêm de fora do país, sobretudo dos EUA e da Inglaterra”, diz o advogado.

Para Caroline Cadorin, diretora de uma consultoria, os candidatos precisam ter jogo de cintura para lidar com as mais diversas situações. “Estamos falando de profissionais com forte conduta ética, honestidade e que buscam a promoção da transparência. Hoje as empresas estão cientes de seus papéis ativos no combate à corrupção, especialmente aquelas envolvidas em projetos de órgãos públicos. As companhias que mantêm departamentos de compliance são vistas como mais transparentes”, diz Cadorin.

(Larissa Teixeira. *Folha de S.Paulo*, 28.09.2017. Adaptado)

Considere os trechos do texto.

- “... o estudante que **se interesse pela área** pode direcionar seu curso para questões de auditoria...” (4º parágrafo)
- “É fundamental que a pessoa **seja atenta aos detalhes...**” (5º parágrafo)

Atendendo à norma-padrão de regência, as expressões destacadas podem ser substituídas, respectivamente, por:

- queira se comprometer de trabalhar nessa área; se ocupe minuciosamente aos detalhes
- se sinta cativado por trabalhar nessa área; se aplique meticulosamente aos detalhes
- pretenda se conduzir a essa área; se empenhe de analisar os detalhes
- veja aptidão com essa área; passe em revista nos detalhes
- deseja progredir a essa área; dê preponderância aos detalhes

## 6. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP-2019)

*Procuram-se especialistas em evitar fraudes*

A recente onda de escândalos de corrupção levou as empresas brasileiras a investir em uma área ainda pouco conhecida no mercado: o compliance.

O profissional que atua nesse setor é responsável por receber denúncias, combater fraudes, realizar investigações internas e garantir que a companhia cumpra leis, acordos e regulamentos da sua área de atuação. Ele tem o papel importante de auxiliar a empresa a se proteger de eventuais problemas de corrupção.

“Nos últimos anos, a área de compliance assumiu protagonismo nas empresas. É uma profissão com salários altos já que as pessoas com experiência ainda são escassas no mercado”, diz o advogado Thiago Jabor Pinheiro, 35.

“Como não existem cursos de graduação específicos de compliance, o estudante que se interesse pela área pode direcionar seu curso para questões de auditoria, prevenção de fraude, direito administrativo e governança corporativa”, diz Pinheiro.

Apesar de sobraem vagas nesse mercado, conseguir um emprego não é fácil. “É fundamental que a pessoa seja atenta aos detalhes, entenda como funciona uma organização e tenha fluência em inglês porque as melhores práticas vêm de fora do país, sobretudo dos EUA e da Inglaterra”, diz o advogado.

Para Caroline Cadorin, diretora de uma consultoria, os candidatos precisam ter jogo de cintura para lidar com as mais diversas situações. “Estamos falando de profissionais com forte conduta ética, honestidade e que buscam a promoção da transparência. Hoje as empresas estão cientes de seus papéis ativos no combate à corrupção, especialmente aquelas envolvidas em projetos de órgãos públicos. As companhias que mantêm departamentos de compliance são vistas como mais transparentes”, diz Cadorin.

(Larissa Teixeira. *Folha de S.Paulo*, 28.09.2017. Adaptado)

Analisando-se a organização do quinto parágrafo do texto, conclui-se que ele é:

- argumentativo-narrativo.
- estritamente argumentativo.
- descritivo-narrativo.
- estritamente descritivo.
- descritivo-argumentativo.

## 7. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP-2019)

*Procuram-se especialistas em evitar fraudes*

A recente onda de escândalos de corrupção levou as empresas brasileiras a investir em uma área ainda pouco conhecida no mercado: o compliance.

O profissional que atua nesse setor é responsável por receber denúncias, combater fraudes, realizar investigações internas e garantir que a companhia cumpra leis,

acordos e regulamentos da sua área de atuação. Ele tem o papel importante de auxiliar a empresa a se proteger de eventuais problemas de corrupção.

“Nos últimos anos, a área de compliance assumiu protagonismo nas empresas. É uma profissão com salários altos já que as pessoas com experiência ainda são escassas no mercado”, diz o advogado Thiago Jabor Pinheiro, 35.

“Como não existem cursos de graduação específicos de compliance, o estudante que se interesse pela área pode direcionar seu curso para questões de auditoria, prevenção de fraude, direito administrativo e governança corporativa”, diz Pinheiro.

Apesar de sobraarem vagas nesse mercado, conseguir um emprego não é fácil. “É fundamental que a pessoa seja atenta aos detalhes, entenda como funciona uma organização e tenha fluência em inglês porque as melhores práticas vêm de fora do país, sobretudo dos EUA e da Inglaterra”, diz o advogado.

Para Caroline Cadorin, diretora de uma consultoria, os candidatos precisam ter jogo de cintura para lidar com as mais diversas situações. “Estamos falando de profissionais com forte conduta ética, honestidade e que buscam a promoção da transparência. Hoje as empresas estão cientes de seus papéis ativos no combate à corrupção, especialmente aquelas envolvidas em projetos de órgãos públicos. As companhias que mantêm departamentos de compliance são vistas como mais transparentes”, diz Cadorin.

(Larissa Teixeira. *Folha de S.Paulo*, 28.09.2017. Adaptado)

Assinale a alternativa que expõe corretamente as ideias presentes no texto.

- Ainda há poucas pessoas experientes na área de compliance, por conseguinte os salários são elevados; todavia conseguir um emprego é difícil visto que o profissional precisa atender a muitos requisitos.
- Ainda há poucas pessoas experientes na área de compliance, portanto os salários são elevados; entretanto conseguir um emprego é difícil caso o profissional precise atender a muitos requisitos.
- Ainda há poucas pessoas experientes na área de compliance, porém os salários são elevados; assim sendo, conseguir um emprego é difícil embora o profissional precise atender a muitos requisitos.
- Ainda há poucas pessoas experientes na área de compliance para que os salários sejam elevados; no entanto, conseguir um emprego é difícil ainda que o profissional precise atender a muitos requisitos.
- Ainda há poucas pessoas experientes na área de compliance porque os salários são elevados; assim, conseguir um emprego é difícil, pois o profissional precisa atender a muitos requisitos.

## 8. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP-2019)

### *Assassinos culturais*

Sou um assassino cultural, e você também é. Sei que é romântico chorar quando uma livraria fecha as portas. Mas convém não abusar do romantismo – e da hipocrisia. Fomos nós que matamos aquela livraria e o crime não nos pesa muito na consciência.

Falo por mim. Os livros físicos que entram lá em casa são cada vez mais ofertas – de amigos ou editoras.

Aos 20, quando viajava por territórios estranhos, entrava nas livrarias locais como um faminto na capoeira. Comprava tanto e carregava tanto que desconfio que o meu problema de ciática é, na sua essência, um problema livresco.

Hoje? Gosto da flânerie\*. Mas depois, fotografo as capas com o meu celular antes de regressar para o psicanalista – o famoso dr. Kindle. Culpado? Um pouco. E em minha defesa só posso afirmar que pago pelos meus vícios.

E quem fala em livrarias, fala em todo o resto. Eu também ajudei a matar a Tower Records e a Virgin Megastore. Havia lá dentro uma bizarraria chamada CD – você se lembra?

Hoje, com alguns aplicativos, tenho uma espécie de discoteca de Alexandria onde, a meu bel-prazer, escuto meus clássicos e descubro novos.

Se juntarmos ao pacote o iTunes e a Netflix, você percebe por que eu também tenho o sangue dos cinemas e dos blockbusters nas mãos.

Eis a realidade: vivemos a desmaterialização da cultura. Mas não é apenas a cultura que se desmaterializa e tem deixado as nossas salas e estantes mais vazias. É a nossa relação com ela. Não somos mais proprietários de “coisas”; somos apenas consumidores e, palavra importante, assinantes.

O livro “Subscribed”, de Tien Tzuo, analisa a situação. É uma reflexão sobre a “economia de assinaturas” que conquista a economia global. Conta o autor que mais de metade das empresas da famosa lista da “Fortune” já não existiam em 2017. O que tinham em comum? O objetivo meritório de vender “coisas” – muitas coisas, para muita gente, como sempre aconteceu desde os primórdios do capitalismo.

Já as empresas que sobreviveram e as novas que entraram na lista souberam se adaptar à economia digital, vendendo serviços (ou, de forma mais precisa, acessos).

Claro que na mudança algo se perde. O desaparecimento das livrarias não acredito que seja total no futuro (e ainda bem). Além disso, ler no papel não é o mesmo que ler na tela. Mas o interesse do livro de Tzuo não está apenas nos números; está no retrato de uma nova geração para quem a experiência cultural é mais importante do que a mera posse de objetos.

Há quem veja aqui um retrocesso, mas também é possível ver um avanço – ou, para sermos bem filosóficos, o triunfo do espírito sobre a matéria. E não será essa, no fim das contas, a vocação mais autêntica da cultura?

(João Pereira Coutinho. *Folha de S.Paulo*, 28.08.2018. Adaptado)

\* Flânerie: ato de passear, de caminhar sem compromisso.

Assinale a alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância.

- As empresas que, hoje, em lugar de coisas vende serviços, moldaram-se à economia digital.
- Presenteados, em sua maioria, são os livros que hoje fazem parte da biblioteca do escritor.

## MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

### 1. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP-2019)

Duas máquinas idênticas e com a mesma capacidade de produção reciclam, trabalhando juntas e ao mesmo tempo, certo volume  $V$  de um mesmo material, em 5 horas e 10 minutos. Uma nova máquina, com tecnologia mais avançada, foi adquirida e colocada para fazer a reciclagem do referido material, juntamente com as outras duas máquinas. Sabendo-se que a nova máquina tem a capacidade de reciclagem 10% maior que as outras duas máquinas, é esperado que as três máquinas, trabalhando juntas e ao mesmo tempo, reciclem o dobro do volume  $V$  do material em questão em, no mínimo,

- 5 horas e 30 minutos.
- 5 horas e 57 minutos.
- 6 horas e 23 minutos.
- 7 horas e 07 minutos.
- 6 horas e 40 minutos.

### 2. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP-2019)

Em um concurso somente para os cargos A e B, a razão entre o número de candidatos inscritos para o cargo A e o número de candidatos inscritos para o cargo B era  $\frac{2}{3}$ . No dia do concurso, 40 candidatos inscritos para o cargo A e 120 candidatos inscritos para o cargo B não compareceram, e a razão entre o número de candidatos que fizeram a prova para o cargo A e o número de candidatos que fizeram a prova para o cargo B foi  $\frac{3}{4}$ . Dessa forma, a diferença entre o número de candidatos que fizeram a prova para o cargo B e o número de candidatos que fizeram a prova para o cargo A foi

- 140.
- 130.
- 150.
- 120.
- 160.

### 3. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP-2019)

Em relação ao total de administradores judiciários em determinado estado, no ano de 2018, três décimos estão prestes a se aposentar. Dos demais, sabe-se que 5% foram contratados em concursos públicos realizados na década de 2000, e um quinto do restante foi contratado em concursos públicos realizados nos últimos 5 anos. Do total de administradores judiciários no ano de 2018 nesse estado, os que foram contratados em concursos públicos dos últimos 5 anos correspondem

- de 1% a menos de 5%.
- de 9% a menos de 13%.
- de 5% a menos de 9%.
- de 13% a menos de 17%.
- a menos de 1%.

**4. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP-2019)** Sobre o preço  $P$  de venda de determinado produto, aplicou-se um aumento de 15% e, sobre o novo preço de venda do produto, aplicou-se, dias depois, um desconto de 10%. Após essas duas mudanças, comparado ao preço  $P$ , o preço final de venda do produto aumentou

- 3,5%
- 4,5%
- 4,0%
- 5,0%
- 3,0%

### 5. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP-2019)

Carlos, Denis, Elvis e Flávio têm 1, 2, 3 ou 4 netos, um veículo de marca diferente, sendo as marcas A, B, C ou D, e moram em cidades distintas, sendo Sorocaba, Itu, Valinhos, ou Araraquara, não necessariamente nessas ordens. Sabe-se que:

- Carlos, que mora em Valinhos, tem mais netos do que Denis e do que quem tem o carro da marca A;
- Denis tem o carro da marca D;
- Quem mora em Sorocaba tem o carro da marca A;
- O morador de Itu tem menos netos do que Elvis e do que quem tem o carro da marca C;
- Quem mora em Araraquara tem 2 netos e não tem o carro da marca D;
- Quem tem o carro da marca B tem 4 netos.

Com essas informações, assinale a alternativa que contém uma associação correta.

- Quem mora em Valinhos tem o carro da marca C.
- Quem mora em Itu tem o carro da marca D.
- Flávio mora em Sorocaba.
- Elvis tem 4 netos.
- Flávio tem 3 netos.

### 6. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP-2019)

Se Milton ou Tomas, apenas um deles, é administrador judiciário, então Valéria é policial. Sabendo-se que Valéria não é policial, conclui-se, corretamente, que

- Milton e Tomas não são administradores judiciários.
- Apenas Tomas não é administrador judiciário.
- Apenas Milton não é administrador judiciário.
- Milton é administrador judiciário se, e somente se, Tomas também for.
- Milton não é administrador judiciário se, e somente se, Tomas também não for.

### 7. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP-2019)

A cada 5 dias, independentemente de ser dia de semana, final de semana, ou feriado, determinada tarefa é realizada por uma equipe da polícia civil de determinado estado. Considere que a realização dessa tarefa tenha que ocorrer no dia 03 de fevereiro de 2019. Sabendo que o mês de fevereiro de 2019 tem 28 dias, que os meses de março e maio de 2019 têm 31 dias, cada um, e que o mês de abril de 2019 tem 30 dias, o primeiro dia do mês de junho de 2019 em que essa tarefa também deverá ser realizada será o dia

- a) 2.
- b) 4.
- c) 5.
- d) 6.
- e) 3.

**8. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)** Considere verdadeiras as seguintes informações:

- I. Se Neusa é juíza, então Débora é advogada.
- II. Se Edmilson é administrador judiciário, então Clarice é delegada.
- III. Débora é advogada se, e somente se, Mauro for desembargador.
- IV. Todo administrador judiciário é formado em Administração.

Sabendo-se que Mauro não é desembargador e que Edmilson não é formado em Administração, é correto afirmar que

- a) Clarice é delegada.
- b) Neusa é juíza.
- c) Clarice é delegada ou Neusa não é juíza.
- d) Neusa não é juíza se, e somente se, Clarice não for delegada.
- e) Neusa não é juíza e Clarice não é delegada.

**9. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)** O irmão de Mário é administrador judiciário, mas o primo dele não. Sendo assim, é correto deduzir que

- a) Henrique é administrador judiciário e, portanto, não é primo de Mário.
- b) Se Ronaldo não é primo de Mário, então ele não é administrador judiciário.
- c) Se Gilmar não é administrador judiciário, então ele é primo de Mário.
- d) Se Sérgio é administrador judiciário, então ele é irmão de Mário.
- e) Mário não é irmão de Cláudio e, portanto, Cláudio não é administrador judiciário.

**10. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)** Considere a seguinte afirmação:

Se Ana e Maria foram classificadas para a segunda fase do concurso, então elas têm chance de aprovação.

Assinale a alternativa que contém uma negação lógica para essa afirmação.

- a) Se Ana e Maria não foram classificadas para a segunda fase do concurso, então elas não têm chance de aprovação.
- b) Ana ou Maria não têm chance de aprovação e não foram classificadas para a segunda fase do concurso.
- c) Se Ana ou Maria não têm chance de aprovação, então elas não foram classificadas para a segunda fase do concurso.
- d) Ana e Maria foram classificadas para a segunda fase do concurso, mas elas não têm chance de aprovação.
- e) Se Ana ou se Maria, mas não ambas, não foi classificada para o concurso, então ela não tem chance de aprovação.

**11. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)** Em um órgão público, um grupo de trabalho com 15 funcionários é formado para elaborar uma tarefa. Verifica-se que após 8 dias do início do trabalho apenas 30% da tarefa havia sido elaborada. Em função disto, mais 5 funcionários foram incorporados ao grupo a partir do 9º dia, dando continuidade ao trabalho. Supondo que todos os funcionários apresentam desempenhos iguais e constantes, tem-se que toda a tarefa, incluindo os 8 dias iniciais, será elaborada ao final de

- a) 28 dias.
- b) 24 dias.
- c) 20 dias.
- d) 16 dias.
- e) 22 dias.

**12. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)** Um investidor comprou ações de uma empresa. Planejou vender essas ações em duas situações:

- I. se subirem 16%;
- II. se caírem 20%.

Em relação ao preço de saída do negócio com prejuízo, o preço de saída do negócio com lucro é superior em

- a) 45%
- b) 30%
- c) 42%
- d) 40%
- e) 36%

**13. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)** Uma banqueteira quer preparar pratos com salgadinhos para uma festa. Cada prato deve conter 3 coxinhas, 5 empadas e 7 croquetes. O responsável pelos salgadinhos enviou 200 coxinhas, 300 empadas e 400 croquetes. A banqueteira preparou o maior número de pratos possível, conforme o plano original. O número de salgadinhos que não foram colocados nos pratos é

- a) 53.
- b) 62.
- c) 45.
- d) 48.
- e) 55.

**14. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)** Considere apenas os dados a seguir para resolver a questão.

Fiz uma viagem que durou 1 hora e 30 minutos, a 60 km/h. Para ter gasto 20% a menos do tempo de viagem, a minha velocidade deveria ter sido de

- a) 70 km/h.
- b) 68 km/h.
- c) 75 km/h.
- d) 72 km/h.
- e) 64 km/h.

**15. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)**

Após as filmagens, o tempo de duração de um filme era de 2 horas e 50 minutos. Os produtores queriam diminuir esse tempo em 20%, e o diretor achava que precisava aumentar esse tempo em 10%.

A diferença de tempo da duração total do filme entre essas duas pretensões é de

- a) 30 minutos.
- b) 58 minutos.
- c) 45 minutos.
- d) 63 minutos.
- e) 51 minutos.

**16. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)**

Uma compra de R\$ 1.200,00 deverá ser paga em 4 parcelas iguais a vencer em 30, 60, 90 e 120 dias a partir da data da compra. Serão cobrados juros simples de 2% ao mês. O valor de cada parcela será igual a

- a) R\$ 320,00.
- b) R\$ 315,00.
- c) R\$ 302,00.
- d) R\$ 306,00.
- e) R\$ 318,00.

**17. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)**

O preço  $x$  subiu 20% e agora é  $y$ . O preço  $y$  caiu 40% e agora é  $z$ . O preço  $z$  é menor que  $x$  em

- a) 30%
- b) 25%
- c) 20%
- d) 28%
- e) 18%

**18. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)**

Em uma enquete, cada pessoa deveria escolher um dentre prato salgado ou prato doce. Um grupo de 168 pessoas participou da enquete e observou-se que a razão entre o número de votos para prato salgado e o número de votos para prato doce foi  $5/7$ . Entre aqueles que votaram no prato doce, o número de pessoas que deveriam trocar sua escolha para que essa razão se tornasse  $3/1$  é igual a

- a) 56.
- b) 60.
- c) 48.
- d) 64.
- e) 68.

**19. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)**

A partir do ponto A eu caminho 2 metros. Dou meia volta e caminho 4 metros, dou meia volta e caminho 8 metros. Vou fazendo isso, caminhando sempre o dobro de metros que caminhei na etapa anterior e dando meia volta ao final de cada etapa, até caminhar sete etapas e paro. Nesse lugar, a distância que estou do ponto A é igual a

- a) 116 metros.
- b) 72 metros.
- c) 108 metros.
- d) 86 metros.
- e) 94 metros.

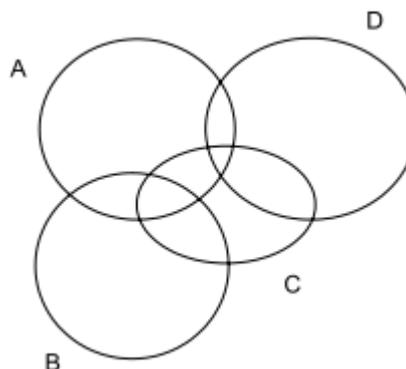
**20. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)**

A negação lógica da afirmação – ‘Se acabou a energia elétrica ou não tive tempo, então fui trabalhar com a roupa amassada’ –, é:

- a) Acabou a energia elétrica, e não tive tempo, e não fui trabalhar com a roupa amassada.
- b) Se não acabou a energia elétrica e tive tempo, então não fui trabalhar com a roupa amassada.
- c) Se não fui trabalhar com a roupa amassada, então tive tempo e não acabou a energia elétrica.
- d) Não acabou a energia elétrica e tive tempo, e fui trabalhar com a roupa amassada.
- e) Acabou a energia elétrica ou não tive tempo, e não fui trabalhar com a roupa amassada.

**21. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)**

Considere que haja elementos em todas as seções e interseções do diagrama.



A partir dessas informações, é correto afirmar que

- a) qualquer elemento de C, que não é elemento de B, é também elemento de A ou de D.
- b) todos os elementos de D, que não são elementos apenas de D, são também elementos de A e de B e de C.
- c) qualquer elemento que pertença a três desses conjuntos pertence ao conjunto B.
- d) dentre os elementos que pertencem a dois, e apenas dois conjuntos, não há elemento de C que também seja elemento de A.
- e) todo elemento de A, que não é elemento de B e não é elemento de D, é também elemento de C ou apenas elemento de A.

**22. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)**

São três os conjuntos. A totalidade de elementos que estão nesses três conjuntos é 42. A totalidade de elementos que estão em dois, e apenas dois desses conjuntos, é 42. A totalidade de elementos que estão em um, e apenas um desses conjuntos é 42. Sabendo que em todas as seções e interseções desses três conjuntos há pelo menos um elemento, e que não há seção e nem mesmo inter-

seção com um mesmo número de elementos, então o maior número possível para o total de elementos de um desses três conjuntos é

- a) 132.
- b) 120.
- c) 110.
- d) 124.
- e) 118.

**23. (TJ-SP – CONTADO – ESP- 2019)** Considere a sequência  $\left(\frac{1}{3}, \frac{3}{5}, \frac{5}{7}, \frac{7}{9}, \frac{9}{11}, \dots\right)$ . O produto entre o 9º, o 17º e o 25º termos é igual a

- a) 83/125
- b) 77/95
- c) 17/29
- d) 35/41
- e) 13/19

**24. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV - 2018)** Alberto disse: "Se chego tarde em casa, não ligo o computador e, se não ligo o computador, vou cozinhar. Porém, sempre que ligo o computador, tomo café". Certo dia, Alberto chegou em casa e não tomou café.

É correto concluir que Alberto:

- a) cozinhou;
- b) chegou tarde;
- c) não cozinhou;
- d) chegou cedo;
- e) ligou o computador.

**25. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV - 2018)** Três caixas, despachadas pelo correio, tinham os pesos a seguir:

Caixas	Pesos (kg)
X	3,4
Y	3,42
Z	3,23

A sequência das caixas em ordem crescente de seus pesos é:

- a) Y, Z, X;
- b) X, Y, Z;
- c) X, Z, Y;
- d) Z, Y, X;
- e) Z, X, Y.

**26. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV - 2018)** Considere a afirmação: "Nenhum médico é cego". A negação dessa afirmação é:

- a) Há, pelo menos, um médico cego;
- b) Nenhum cego é médico;
- c) Todos os médicos são cegos;
- d) Todos os cegos são médicos;
- e) Todos os médicos não são cegos.

**27. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV - 2018)** Vanda foi ao consultório médico em uma segunda-feira. O médico disse que ela deveria tomar um comprimido de certo remédio todos os dias, durante 180 dias. Vanda começou a tomar o remédio no mesmo dia da consulta e cumpriu exatamente o que disse o médico. O primeiro dia em que Vanda NÃO precisou tomar o remédio foi:

- a) uma quarta-feira;
- b) uma quinta-feira;
- c) uma sexta-feira;
- d) um sábado;
- e) um domingo.

**28. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV - 2018)** Em uma fila há 70 pessoas, entre as quais Pedro e João.

Sabe-se que:

- i. Pedro está na frente de João e há duas pessoas entre eles;
- ii. o número de pessoas na frente de Pedro é o dobro do número de pessoas atrás de João.

Nessa fila João ocupa o:

- a) 45º lugar;
- b) 46º lugar;
- c) 47º lugar;
- d) 48º lugar;
- e) 49º lugar.

**29. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV - 2018)** Simone mora em Florianópolis e comprou alguns móveis em uma fábrica em São Bento do Sul. O gerente da fábrica informou que o preço dos móveis seria acrescido de 20% pelo transporte da fábrica até a casa de Simone. Ao receber os móveis em casa, Simone pagou o total de R\$ 5.100,00.

O preço pago apenas pelos móveis foi de:

- a) R\$ 4.080,00;
- b) R\$ 4.140,00;
- c) R\$ 4.150,00;
- d) R\$ 4.220,00;
- e) R\$ 4.250,00.

**30. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV - 2018)** Em sua empresa, quando Hugo trabalha além do tempo regulamentar, esse tempo extra é computado e acumulado em minutos. No fim do mês, somente os números inteiros de horas extras trabalhadas são pagas na razão de R\$ 54,00 por hora.

No mês de maio, Hugo trabalhou, além do tempo regulamentar, por 500 minutos.

O valor que Hugo recebeu a mais pelas horas extras foi de:

- a) R\$ 324,00;
- b) R\$ 378,00;
- c) R\$ 432,00;
- d) R\$ 450,00;
- e) R\$ 486,00.

**31. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV - 2018)** Em um escritório de advocacia há pastas azuis, verdes e marrons. O chefe do escritório disse ao estagiário:

i. Processos trabalhistas são colocados em pastas verdes.

É correto concluir que:

- a) processo não trabalhista não é colocado em pasta verde;
- b) dentro de uma pasta verde há sempre um processo trabalhista;
- c) dentro de uma pasta azul não há um processo trabalhista;
- d) um processo penal é colocado em pasta marrom;
- e) pelo menos um processo penal está em pasta azul.

**32. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV - 2018)** Maria é mais nova que Roberta e Joana é mais velha que Sílvia, que tem a mesma idade de Roberta. É correto concluir que:

- a) Maria é mais velha que Sílvia;
- b) Roberta é mais jovem que Joana;
- c) Maria é mais velha que Joana;
- d) Sílvia é mais jovem que Maria;
- e) Maria e Joana têm a mesma idade.

**33. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV - 2018)** Dois técnicos analisam 10 processos em 30 dias. Com a mesma eficiência, quatro técnicos analisarão 20 processos em:

- a) 15 dias;
- b) 30 dias;
- c) 60 dias;
- d) 90 dias;
- e) 120 dias.

**34. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Considere a afirmação "Marta não atende ao público interno ou Jéssica cuida de processos administrativos".

Uma afirmação equivalente à afirmação apresentada é:

- a) se Jéssica não cuida de processos administrativos, então Marta atende ao público interno.
- b) se Marta não atende ao público interno, então Jéssica cuida de processos administrativos.
- c) se Marta atende ao público interno, então Jéssica não cuida de processos administrativos.
- d) se Marta atende ao público interno, então Jéssica cuida de processos administrativos.
- e) se Marta não atende ao público interno, então Jéssica não cuida de processos administrativos.

**35. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Considere falsa a afirmação "Hélio é bombeiro e Cláudia é comissária de bordo" e verdadeira a afirmação "Se Hélio é bombeiro, então Cláudia é comissária de bordo". Nessas condições, é necessariamente verdade que

- a) Hélio é bombeiro.
- b) Cláudia não é comissária de bordo.
- c) Hélio não é bombeiro.
- d) Cláudia é comissária de bordo.
- e) Hélio é bombeiro ou Cláudia não é comissária de bordo.

**36. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Uma negação lógica para a afirmação "Se Patrícia não é engenheira, então Maurício é empresário" está contida na alternativa:

- a) Patrícia é engenheira e Maurício não é empresário.
- b) Patrícia é engenheira ou Maurício não é empresário.
- c) Patrícia não é engenheira e Maurício não é empresário.
- d) Se Maurício não é empresário, então Patrícia é engenheira.
- e) Se Patrícia é engenheira, então Maurício não é empresário.

**37. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Considere falsa a afirmação "Se hoje estudo, então amanhã não trabalho." Nesse caso, é necessariamente verdade que

- a) Hoje não estudo e amanhã trabalho.
- b) Amanhã não trabalho.
- c) Se amanhã trabalho, então hoje não estudo.
- d) Hoje não estudo ou amanhã não trabalho.
- e) Hoje estudo e amanhã trabalho.

**38. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Quatro amigos, Paulo, João, Fábio e Caio, nasceram em anos distintos, a saber 1970, 1977, 1981 ou 1990, não necessariamente nessa ordem. Cada um exerce, também não necessariamente nessa ordem, uma das profissões entre arquiteto, fotógrafo, engenheiro e advogado. Sabe-se que Paulo não nasceu em 1970, que o arquiteto nasceu antes de Caio e antes do fotógrafo João, que Fábio nasceu antes do advogado, que o advogado não nasceu em 1977 e que o engenheiro, que não é Caio, nasceu em 1981. Sendo assim, é correto afirmar que

- a) Fábio é advogado.
- b) Paulo nasceu antes de Caio.
- c) Caio é arquiteto.
- d) João nasceu antes de Fábio.
- e) o engenheiro nasceu antes do fotógrafo.

**39. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Se Maria é bonita, então Carlos é rico. Se Ana é feliz, então José é um herói. Sabe-se que Maria é bonita e Ana não é feliz. Logo, pode-se afirmar corretamente que

- a) Carlos é rico ou José é um herói.
- b) Carlos não é rico.
- c) José não é um herói.
- d) José não é um herói e Carlos é rico.
- e) José é um herói.

**40. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** “Carlos tem apenas 3 irmãs, e essas 3 irmãs cursam o ensino superior.”  
Supondo verdadeira a afirmação apresentada, é correto afirmar que

- a) Carlos cursa o ensino superior.
- b) Carlos não cursa o ensino superior
- c) se Ana cursa o ensino superior, então ela é irmã de Carlos.
- d) se Rute não cursa o ensino superior, então ela não é irmã de Carlos.
- e) se Bia não é irmã de Carlos, então ela não cursa o ensino superior.

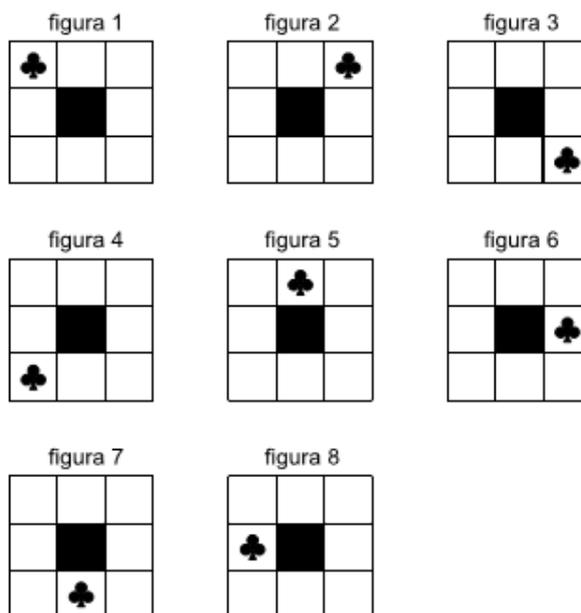
**41. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Em um grupo de 100 esportistas que praticam apenas os esportes A, B ou C, sabe-se que apenas 12 deles praticam os três esportes. Em se tratando dos esportistas que praticam somente dois desses esportes, sabe-se que o número dos que praticam os esportes A e B é 2 unidades menor que o número dos que praticam os esportes A e C, e o número dos esportistas que praticam B e C excede em 2 unidades o número de esportistas que praticam os esportes A e C. Sabe-se, ainda, que exatamente 26, 14 e 12 esportistas praticam, respectivamente, apenas os esportes A, B e C. Dessa forma, o número total de esportistas que praticam o esporte A é

- a) 54.
- b) 60.
- c) 58.
- d) 56.
- e) 62.

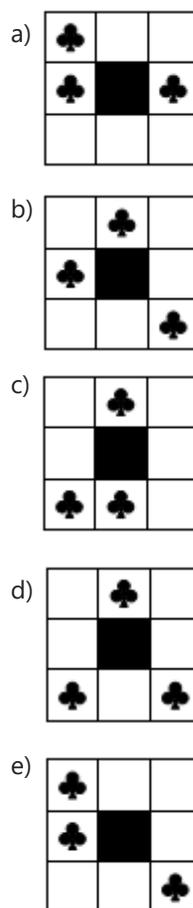
**42. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Na sequência numérica 1, 2, 3, 6, 7, 8, 21, 22, 23, 66, 67, 68, ..., os termos se sucedem segundo um padrão. Mantido o padrão, o décimo quarto termo é o número

- a) 202.
- b) 282.
- c) 229.
- d) 308.
- e) 255.

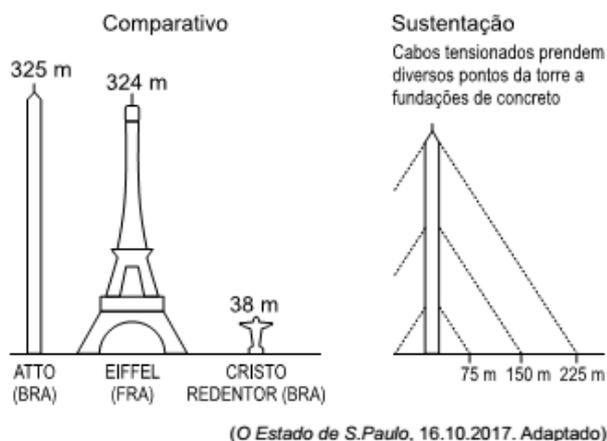
**43. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Considere os primeiros 8 elementos da sequência de figuras:



Nesta sequência, as figuras 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 correspondem, respectivamente, às figuras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, assim como as figuras 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24, e assim segue, mantendo-se esta correspondência. Sobrepondo-se as figuras 109, 131 e 152, obtém-se a figura



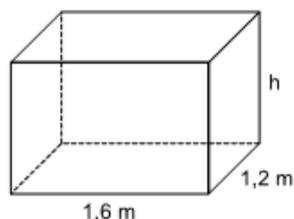
**44. (TJ-SP – ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Inaugurado em agosto de 2015, o Observatório da Torre Alta da Amazônia (Atto, em inglês) é um projeto binacional Brasil-Alemanha que busca entender o papel da Amazônia no clima do planeta e os efeitos das mudanças climáticas no funcionamento da floresta. Construída numa região de mata preservada, dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uamatã, a torre Atto tem 325 m de altura e é a maior estrutura de pesquisa desse tipo em florestas tropicais no mundo.



Considere a torre posicionada perpendicularmente ao solo e admita que o cabo tensionado fixado no solo a uma distância de 75 m da base da torre esteja preso à torre em um determinado ponto, cuja altura, em relação ao solo, seja igual a 100 m. Nesse caso, é correto afirmar que o comprimento desse cabo é igual a

- a) 135 m.
- b) 150 m.
- c) 130 m.
- d) 110 m.
- e) 125 m.

**45. (TJ-SP – ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Um estabelecimento comercial possui quatro reservatórios de água, sendo três deles de formato cúbico, cujas respectivas arestas têm medidas distintas, em metros, e um com a forma de um paralelepípedo reto retângulo, conforme ilustrado a seguir.



Sabe-se que, quando totalmente cheios, a média aritmética dos volumes de água dos quatro reservatórios é igual a  $1,53 \text{ m}^3$ , e que a média aritmética dos volumes de água dos reservatórios cúbicos, somente, é igual a  $1,08 \text{ m}^3$ . Desse modo, é correto afirmar que a medida da altura do reservatório com a forma de bloco retangular, indicada por  $h$  na figura, é igual a

- a) 1,40 m.
- b) 1,50 m.
- c) 1,35 m.
- d) 1,45 m.
- e) 1,55 m.

**46. (TJ-SP – ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Uma concessionária que vai recapear uma faixa de rolamento de uma pista em certa rodovia, em um trecho de  $x$  quilômetros, possui uma determinada quantidade  $y$  de balizadores refletivos disponíveis para a sinalização desse trecho e, com base nessa quantidade, constatou que, se colocar um número  $n$  de balizadores a cada quilômetro, precisará adquirir mais 40 unidades. Porém, se colocar  $(n - 4)$  balizadores a cada quilômetro, sobrarão 20 unidades. Se a razão  $x/y$  é de 3 para 52, nessa ordem, então a quantidade de balizadores disponíveis para sinalizar o trecho a ser recapeado é igual a

- a) 350.
- b) 280.
- c) 330.
- d) 230.
- e) 260.

**47. (TJ-SP – ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Um investidor adquiriu um terreno por R\$ 74.000,00. Algum tempo depois, o terreno foi vendido, e o lucro obtido pelo investidor foi igual a 20% do valor da venda. Se esse investidor conceitua lucro como sendo a diferença entre os valores de venda e de compra, então o lucro obtido por ele nessa negociação foi de

- a) R\$ 16.600,00.
- b) R\$ 17.760,00.
- c) R\$ 18.500,00.
- d) R\$ 15.870,00.
- e) R\$ 14.400,00.

**48. (TJ-SP – ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** No posto Alfa, o custo, para o consumidor, de um litro de gasolina é R\$ 3,90, e o de um litro de etanol é R\$ 2,70. Se o custo de um litro de uma mistura de quantidades determinadas desses dois combustíveis é igual a R\$ 3,06, então o número de litros de gasolina necessários para compor 40 litros dessa mistura é igual a

- a) 12.
- b) 24.
- c) 28.
- d) 20.
- e) 16.

**49. (TJ-SP – ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Ontem, os ciclistas Afonso e Bernardo iniciaram os respectivos treinamentos, feitos em uma mesma pista, exatamente no mesmo horário, às 8h 12min. Ambos percorreram a pista no mesmo sentido, sendo que Afonso partiu de um ponto P dessa pista e Bernardo partiu de um ponto Q, situado 1,26 km à frente de P. Por determinação do técnico, no treinamento desse dia, am-

bos mantiveram ritmos uniformes e constantes: Afonso percorreu 420 metros a cada 1 minuto e 20 segundos, e Bernardo percorreu, a cada 1 minuto e 20 segundos, 80% da distância percorrida por Afonso. Nessas condições, Afonso alcançou Bernardo às

- a) 8h 30min.
- b) 8h 45min.
- c) 8h 38min.
- d) 8h 32min.
- e) 8h 28min.

**50. (TJ-PE – TÉCNICO JUDICIÁRIO - FUNÇÃO ADMINISTRATIVA – IBFC - 2017)** Sabe-se que  $\frac{1}{4}, \frac{4}{7}, \frac{7}{10}, \dots$  é uma sequência lógica ilimitada. Desse modo, a soma entre os números da fração (numerador e denominador) que representa o 100º termo da sequência representa a senha de acesso aos dados de um processo em andamento. Portanto, a senha de acesso deve ser o número:

- a) 497
- b) 501
- c) 499
- d) 503
- e) 495

**51. (TJ-PE – TÉCNICO JUDICIÁRIO - FUNÇÃO ADMINISTRATIVA – IBFC - 2017)** Considerando a sequência lógica 2,3,2,3,4,6,12,18,48,72,..., então a soma dos dois próximos termos dessa sequência representa o prazo, em dias, da expiração de um processo. Nessas condições, esse processo expira daqui:

- a) 600 dias
- b) 360 dias
- c) 240 dias
- d) 480 dias
- e) 324 dias

**52. (TJ-PE – TÉCNICO JUDICIÁRIO - FUNÇÃO ADMINISTRATIVA – IBFC - 2017)** Analisados 2300 processos em andamento verificou-se que 980 eram sobre pensão alimentícia, 860 eram sobre direitos trabalhistas e que 530 processos sobre nenhum dos dois. Nessas condições, e sabendo que pode haver, num mesmo processo, os dois assuntos, o total de processos que eram sobre somente um dos dois assuntos é igual a:

- a) 1770
- b) 1840
- c) 1470
- d) 460
- e) 1700

**53. (TJ-PE – TÉCNICO JUDICIÁRIO - FUNÇÃO ADMINISTRATIVA – IBFC - 2017)** Certa repartição pública têm três procuradores: Antônio, Bento e Carlos. Se Antônio veio trabalhar, o processo foi analisado. Se Bento veio trabalhar, o processo foi analisado e, se Carlos veio trabalhar, o processo não foi analisado. Se o processo foi analisado, é correto afirmar que:

- a) Antônio veio trabalhar e Bento veio trabalhar
- b) Bento veio trabalhar
- c) Antônio veio trabalhar ou Bento veio trabalhar
- d) Carlos não veio trabalhar
- e) Antônio veio trabalhar

**54. (TJ-PE – TÉCNICO JUDICIÁRIO - FUNÇÃO ADMINISTRATIVA – IBFC - 2017)** Sabe-se que se o prazo não foi cumprido, então o julgamento foi cancelado. Se o julgamento foi cancelado, então o acusado solicitou audiência com o juiz. Considerando que o acusado não solicitou audiência com o juiz, pode-se afirmar que:

- a) O julgamento foi cancelado
- b) O prazo não foi cumprido e o julgamento não foi cancelado
- c) Se o julgamento não foi cancelado, então o prazo não foi cumprido
- d) O prazo foi cumprido e o acusado não solicitou audiência com o juiz
- e) Se o acusado não solicitou audiência com o juiz, então o prazo não foi cumprido

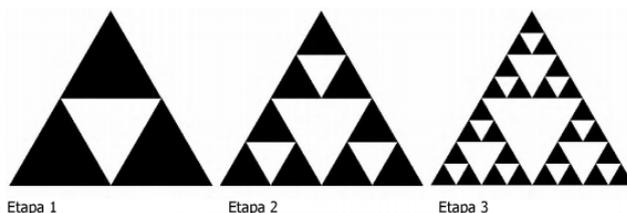
**55. (TJ-PE – TÉCNICO JUDICIÁRIO - FUNÇÃO ADMINISTRATIVA – IBFC - 2017)** Sendo p : A certidão foi elaborada e r: a publicação foi digitada, proposições lógicas, tem-se que  $(\sim p \vee r) \wedge (\sim r \vee p)$  é equivalente a:

- a) Se a certidão foi elaborada, então a publicação foi digitada
- b) A certidão foi elaborada se, e somente se, a publicação foi digitada
- c) p condicional r
- d) A certidão foi elaborada ou a publicação foi digitada
- e) A certidão não foi elaborada se, e somente se, a publicação foi digitada

**56. (TJ-RS – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FAURGS - 2017)** Em cada um de dois dados cúbicos idênticos, as faces são numeradas de 1 a 6. Lançando os dois dados simultaneamente, cuja ocorrência de cada face é igualmente provável, a probabilidade de que o produto dos números obtidos seja um número ímpar é de

- a) 1/4.
- b) 1/3.
- c) 1/2.
- d) 2/3.
- e) 3/4.

**57. (TJ-RS – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FAURGS - 2017)** Na figura abaixo, encontram-se representadas três etapas da construção de uma sequência elaborada a partir de um triângulo equilátero.



Na etapa 1, marcam-se os pontos médios dos lados do triângulo equilátero e retira-se o triângulo com vértices nesses pontos médios, obtendo-se os triângulos pretos. Na etapa 2, marcam-se os pontos médios dos lados dos triângulos pretos obtidos na etapa 1 e retiram-se os triângulos com vértices nesses pontos médios, obtendo-se um novo conjunto de triângulos pretos. A etapa 3 e as seguintes mantêm esse padrão de construção.

Mantido o padrão de construção acima descrito, o número de triângulos pretos existentes na etapa 7 é

- a) 729.
- b) 1.024.
- c) 2.187.
- d) 4.096.
- e) 6.561.

**58. (TJ-RS – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FAURGS - 2017)**

Para que a sequência  $(4x-1, x^2-1, x-4)$  forme uma progressão aritmética,  $x$  pode assumir, dentre as possibilidades abaixo, o valor de

- a) -0,5.
- b) 1,5.
- c) 2.
- d) 4.
- e) 6.

**59. (TJ-RS – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FAURGS - 2017)**

Um cilindro reto de altura  $h$  tem volume  $V$ . Para que um cone reto com base igual a desse cilindro tenha volume  $V$ , sua altura deve ser igual a

- a)  $1/3h$ .
- b)  $1/2h$ .
- c)  $2/3h$ .
- d)  $2h$ .
- e)  $3h$ .

**60. (TJ-RS – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FAURGS - 2017)**

Tomando os algarismos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, quantos números pares de 4 algarismos distintos podem ser formados?

- a) 120.
- b) 210.
- c) 360.
- d) 630.
- e) 840.



## GABARITO

1	E
2	D
3	D
4	A
5	B
6	D
7	E
8	C
9	A
10	D
11	E
12	A
13	C
14	C
15	E
16	B
17	D
18	A
19	D
20	E
21	E
22	B
23	B
24	A
25	E
26	A
27	D
28	D
29	E
30	C
31	C
32	B
33	B
34	D
35	C
36	C
37	E
38	B
39	A
40	D
41	B

42	A
43	B
44	E
45	B
46	E
47	C
48	A
49	D
50	C
51	A
52	E
53	D
54	D
55	B
56	A
57	C
58	B
59	E
60	C

## INFORMÁTICA

**1. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP-2019)** Um usuário precisa verificar os sites recentemente visitados por meio do Microsoft Edge, em sua configuração padrão, para organizar um relatório contendo as fontes usadas para consultar normas de recursos humanos nos sites oficiais do governo. O atalho por teclado para abrir a janela de histórico é:

- a) Ctrl + J
- b) Ctrl + H
- c) Alt + F4
- d) Alt + F1
- e) Ctrl + F

**2. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP-2019)** Observe a planilha a seguir, sendo editada por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão, por um usuário que deseja controlar itens de despesas miúdas (coluna A) e seus respectivos valores (coluna B).

	A	B
1	Despesa	Valor
2		
3	Item A	R\$ 157,00
4	Item B	R\$ 234,00
5	Item C	R\$ 876,00
6	Item D	R\$ 190,00
7	Item E	R\$ 22,00
8		
9		R\$ 876,00

A fórmula usada para calcular o valor apresentado na célula B9, que corresponde ao maior valor de um item de despesa, deve ser:

- a) =MAIOR(B3;B7;1)
- b) =MAIOR(B3:B7;1)
- c) =MAIOR(1;B3:B7)
- d) =MAIOR(B3;B5;1)
- e) =MAIOR(1;B3;B5)

**3. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP-2019)** A imagem a seguir foi retirada do MS-Word 2010, em sua configuração padrão, e mostra opções que podem ser escolhidas relacionadas ao ícone de nome

I. _____	A. _____	a) _____
II. _____	B. _____	b) _____
III. _____	C. _____	c) _____

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do enunciado.

- a) Marcadores
- b) Espaçamento
- c) Recuo
- d) Alinhamento
- e) Numeração

**4. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP-2019)** Um usuário do MS-Windows 10, em sua configuração padrão, que precise organizar seus arquivos e pastas deve usar o aplicativo acessório padrão Explorador de Arquivos, que pode ser aberto por meio do atalho por teclado, segurando-se a tecla Windows do teclado e, em seguida, clicando na letra

- a) T
- b) F
- c) R
- d) E
- e) A

**5. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)** Um usuário, acessando várias abas simultaneamente por meio do Microsoft Edge, em sua configuração padrão, pode fechar a aba atual por meio do atalho por teclado

- a) Ctrl + A
- b) Ctrl + J
- c) Ctrl + W
- d) Ctrl + F
- e) Ctrl + R

**6. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)** Por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão, um usuário pode acessar dados de um banco de dados institucional como, por exemplo, o MS-SQLServer, permitindo realizar cálculos e visualizações com dados do banco de dados ao invés de dados da própria planilha. A guia onde se encontra o recurso para acessar dados externos é

- a) Revisão.
- b) Transformação.
- c) Dados.
- d) Fórmulas.
- e) Externos.

**7. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)** Observe a planilha a seguir, sendo editada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão, em que um contador listou algumas contas contábeis (coluna A) e seus respectivos saldos (coluna B).

	A	B
1	Conta Contábil	Saldo
2	100.100.100.100	R\$ 1.000.000,00
3	101.101.101.101	-R\$ 500.000,00
4	102.102.102.102	R\$ 2.000.000,00
5	103.103.103.103	-R\$ 200.000,00
6	104.104.104.104	-R\$ 150.000,00
7	105.105.105.105	-R\$ 300.000,00
8		

O contador, para somar os valores positivos da coluna B, pode utilizar a fórmula:

- a) =SOMASE(B2:B7;">0";B2:B7)
- b) =SOMASE(B2;B7;">0";B2;B7)
- c) =SOMASE(B2;B7;B2;B7;">0")
- d) =SOMASE(B2;B7;"<0";B2;B7)
- e) =SOMASE(B2;B7;"<0";B2;B7)

**8. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)**

Todo arquivo deveria ter cópias de segurança para evitar perda de informações ou mesmo para evitar ter que refazer atividades. No MS-Windows 10, em sua configuração padrão, entre seus vários aplicativos, um usuário pode fazer cópias de segurança de seus arquivos usando o recurso:

- a) Restauração.
- b) Hardware.
- c) Personalização.
- d) Contas de Usuário.
- e) Histórico de Arquivos.

**9. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Utilizando o site de busca Google, deseja-se pesquisar apenas as páginas que contenham exatamente a frase: **feriados no Brasil**. Para isso, deve-se digitar, na Barra de Pesquisa do site, o seguinte:

- a) (feriados no Brasil)
- b) feriados-no-Brasil
- c) feriados&no&Brasil
- d) feriadosANDnoANDBrasil
- e) "feriados no Brasil"

**10. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Quando se recebe uma mensagem por meio do correio eletrônico, há diversas opções de resposta, sendo que na opção encaminhar,

- a) na mensagem de encaminhamento, não pode ser editado ou alterado o campo Assunto da mensagem original recebida.
- b) se houver anexos na mensagem original recebida, esta só pode ser enviada para um destinatário.

- c) se houver anexos na mensagem original recebida, apenas um deles pode ser incorporado à mensagem de encaminhamento.
- d) tanto o texto da mensagem original recebida quanto eventuais anexos são incorporados à mensagem de encaminhamento.
- e) não pode haver destinatários em cópia, se houver mais de um anexo na mensagem original recebida.

**11. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Um usuário do MS-Excel 2016 (versão em português e em sua configuração padrão) possui uma planilha com o seguinte conteúdo:

	A	B
1	1	2
2	3	4

Em um dado momento, esse usuário selecionou as células do intervalo A1 até C3, conforme apresentado a seguir:

	A	B	C
1	1	2	
2	3	4	
3			

Caso, a partir do botão  (disponível a partir da guia Página Inicial do aplicativo), seja selecionada a opção Soma, o resultado produzido nas células A3, B3, C1, C2 e C3 será:

**Dado:** O símbolo “-” representa “célula não alterada”.

- a) A3: 4; B3: 6; C1: 3; C2: 7; C3: 10  
 b) A3: -; B3: -; C1: 3; C2: -; C3: -  
 c) A3: -; B3: -; C1: 3; C2: 7; C3: -  
 d) A3: 4; B3: -; C1: -; C2: -; C3: -  
 e) A3: 4; B3: 6; C1: -; C2: -; C3: -

**12. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Considere a seguinte tabela, editada no MS-Excel 2016 (versão em português e em sua configuração padrão).

	A	B	C
1	2	3	4
2	1	2	8
3	5	5	6
4	10	11	12

Suponha, ainda, que a fórmula a seguir tenha sido digitada na célula **D6**.

=SE(MENOR(A1:C4;5)<>MAIOR(A1:C4;6); MENOR(A2:B3;2);MAIOR(A1:B4;3))

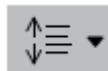
O resultado produzido em **D6** é:

- a) 12  
 b) 3  
 c) 2  
 d) 1  
 e) 11

**13. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Uma caixa de texto foi inserida em um documento que estava sendo editado no MS-Word 2016 (versão em português e em sua configuração padrão), por meio da guia Inserir, grupo Texto, botão Caixa de Texto. Caso se deseje alterar a cor da linha dessa caixa de texto, basta ajustar esse parâmetro após se

- a) selecionar a caixa de texto e pressionar a tecla de atalho Ctrl+T, que esse parâmetro será apresentado em um quadro.  
 b) dar um duplo *click* com o botão esquerdo do *mouse*, em sua configuração padrão, sobre a borda dessa caixa, que esse parâmetro será apresentado em um quadro.  
 c) dar um *click* com o botão direito do *mouse*, em sua configuração padrão, dentro dessa caixa de texto e selecionar a opção “Formatar Borda...”.  
 d) dar um *click* com o botão direito do *mouse*, em sua configuração padrão, sobre a borda dessa caixa de texto e selecionar a opção “Formatar Forma...”.  
 e) dar um duplo *click* com o botão esquerdo do *mouse*, em sua configuração padrão, dentro dessa caixa, que esse parâmetro será apresentado em um quadro.

**14. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Considere o seguinte botão, presente na guia Página Inicial do MS-Word 2016 (versão em português e em sua configuração padrão).



Por meio dele, pode-se adicionar espaçamento

- a) antes e depois de parágrafo, apenas.  
 b) entre linhas de parágrafo, bem como antes e depois de parágrafo.  
 c) antes de parágrafo, apenas.  
 d) depois de parágrafo, apenas.  
 e) entre linhas de parágrafo, apenas.

**15. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** Em um documento em edição no MS-Word 2016 (versão em português e em sua configuração padrão), tem-se um parágrafo conforme apresentado a seguir.

mercado de Peixe.

Com esse parágrafo inteiramente selecionado, acionou-se uma das opções disponibilizadas por meio do botão **Aa**, presente no grupo Fonte da guia Página Inicial do aplicativo, e o resultado foi o seguinte:

*Mercado De Peixe.*

Assinale a alternativa que apresenta a opção acionada a partir desse botão.

- a) minúscula
- b) aLTERNAR mAÍÚSC./mINÚSC.
- c) Colocar Cada Palavra em Maiúscula
- d) Primeira letra da frase em maiúscula.
- e) MAIÚSCULAS

**16. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** No sistema operacional Windows 10, uma das maneiras de encontrar algum programa ou aplicativo disponível no computador é

- a) digitar o nome do programa ou aplicativo na Barra de Pesquisa do Edge.
- b) pressionar a tecla do logotipo do Windows + P, que provocará a exibição de todos os programas disponíveis.
- c) selecionar o ícone Busca de Programas no Painel de Controle e digitar o nome do programa ou aplicativo.
- d) selecionar o ícone Programas e Aplicativos na Barra de Tarefas, que exibe todos os programas ou aplicativos instalados.
- e) digitar o nome do programa ou aplicativo na Caixa de Pesquisa na Barra de Tarefas.

**17. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** O Windows 10, em sua configuração padrão, permite que o usuário configure o Menu Iniciar, por exemplo, para

- a) mostrar os aplicativos mais usados.
- b) bloquear os aplicativos que possam estar infectados por vírus.
- c) indicar os aplicativos que não foram certificados para o Windows 10.
- d) ativar automaticamente a Ajuda do Windows a cada erro do usuário.
- e) ativar automaticamente a Ajuda do Windows a cada erro do usuário.

**18. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** A seguir, é apresentada uma parte do Explorador de Arquivos do Windows 10.



A seta para cima presente antes da Barra de Endereço se destina a

- a) levar à tela seguinte.
- b) levar ao nível acima do atual, ou seja, Este Computador.
- c) desfazer a última ação realizada.
- d) levar à tela anterior.
- e) levar ao nível abaixo do atual Downloads, se existir.

**19. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP - 2018)** O Windows 10 permite que o seu Explorador de Arquivos possa ser configurado em relação aos arquivos e pastas que manipula. Uma das configurações permitidas é ocultar

- a) os arquivos criptografados ou protegidos por senha.
- b) os arquivos de aplicativos não licenciados para o Windows 10.
- c) as extensões dos tipos de arquivo conhecidos.
- d) os arquivos que não foram ainda avaliados pelo antivírus.
- e) os arquivos não manipulados há pelo menos um ano.

**20. (TJ-PE – TÉCNICO JUDICIÁRIO - SUPORTE TÉCNICO – IBFC - 2017)** Num ambiente Linux, temos que inicializar um volume físico, devidamente particionado, para que ele seja reconhecido como LVM (*Logical Volume Manager*). O comando básico que deverá ser usado será:

- a) pvcreate
- b) vgcmake
- c) vgcreate
- d) lvmmake
- e) pvmake

**21. (TJ-MG – OFICIAL DE APOIO JUDICIAL – CONSULPLAN - 2017)** Na ferramenta *Libre Office Calc 5.1* (Configuração Padrão – Idioma Português Brasil), o recurso que permite realizar a exportação de uma planilha para o formato PDF está disponível no menu:

- a) Arquivo / Exportar como PDF.
- b) Arquivo / Exportar / PDF.
- c) Ferramentas / Exportar / PDF.
- d) Ferramentas / Exportar arquivo PDF.

**22. (TJ-MG – OFICIAL DE APOIO JUDICIAL – CONSULPLAN - 2017)** Analise a seguinte planilha produzida com a ferramenta *Libre Office Calc 5.1* (Configuração Padrão – Idioma Português Brasil)

	A	B	C	D
1	30	10	20	
2				
3				
4				

Considere que um usuário digitou a fórmula **=XOU(A1=B1;A1>B1;C1>B1)** na célula A3 dessa mesma planilha. Pode-se afirmar que o resultado obtido será:

## LEGISLAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA (TJS)

### 1. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016) É certo afirmar:

- I. Sendo o caso de aposentadoria por implemento de idade limite, o Corregedor-Presidente do TJPA, à falta de requerimento do interessado até trinta (30) dias antes da data em que o Magistrado, Servidor ou Agente deverá completar aquela idade, fará instaurar o processo de ofício, fazendo-se a necessária comprovação de idade por meio de certidão de nascimento ou prova equivalente.
- II. Em caráter de exceção é permitida a prática de ato notarial e registral fora do território da circunscrição para a qual o agente recebeu delegação.
- III. A Corregedoria de Justiça, dividida para efeito de jurisdição em Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do Estado, tem funções administrativas, de orientação, fiscalização e disciplinares, a serem exercidas por dois Desembargadores eleitos na forma da Lei.
- IV. O Conselho da Magistratura é o Órgão maior de inspeção e disciplina na Primeira Instância, e de planejamento da organização e da administração judiciárias em Primeira e Segunda Instância.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e II estão corretas.
- c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.

### 2. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016) É certo afirmar:

- I. Os emolumentos devidos pelos atos notariais e registrais, no âmbito do Estado do Pará serão corrigidos anualmente através do INPC/IBGE, podendo esse período ser reduzido de forma extraordinária para seis meses caso o TJPA contate a defasagem destes perante o poder de compra da moeda.
- II. Nas cessões de crédito, a base de cálculo será sobre o valor do total das garantias oferecidas, sem consideração de qualquer outro acréscimo.
- III. Compete ao Presidente do TJPA baixar provimentos relativamente à subscrição de atos auxiliares de quaisquer ofícios, bem como, manifestar-se sobre a desanexação ou aglutinação dos ofícios do Foro Judicial e do Extrajudicial.
- IV. As Comissões Permanentes do TJPA são as: de Concurso; de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos; de Informática; Jurisprudência, Biblioteca e Revista.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

### 3. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016) É certo afirmar:

- I. Nas Comarcas de pequeno movimento, quando não estiver assegurada a autonomia financeira, poderão ser acumuladas, excepcionalmente, em decisão fundamentada, todas as especialidades do serviço de notas e de registro, em uma única unidade.
- II. Para a fixação do valor dos emolumentos, a Lei dos Estados e do Distrito Federal levará em conta exclusivamente a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro.
- III. A Resolução nº 81 do Tribunal de Justiça do Estado do Pará dispõe sobre os concursos públicos de provas e títulos, para a outorga das Delegações de Notas e de Registro, e minuta de edital.
- IV. As receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados com entidades públicas ou privadas para a adequada manutenção da gratuidade assegurada aos cidadãos, possibilitando a prestação de serviços públicos, fazem parte do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

### 4. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016) É certo afirmar:

- I. As Câmaras Criminais Reunidas são integradas pelos membros das Câmaras Criminais Isoladas, e as Cíveis, pelos membros das Câmaras Cíveis isoladas, serão presididas, cada qual, pelos seus respectivos presidentes, aos quais será observado critério de antiguidade.
- II. Como Juiz de Direito de Registro Público competelhes processar os protestos, vistorias e outras medidas que sirvam como documentos para a juntada em causa de sua competência, decidir as dúvidas opostas por Tabeliães e quaisquer oficiais de registros, aplicar penas disciplinares aos Tabeliães e Oficiais de registros públicos, que ficarão sob sua imediata inspeção, promovendo a intervenção do Corregedor e do Ministério Público nos casos de competência destes.
- III. São Órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará: Tribunal de Justiça; Juizes de Direito; Pretores; Juizes de Paz; Tribunais do Júri; Justiça Militar; Cartórios Judiciais e Cartórios Extrajudiciais.

IV. O território do Estado do Pará, para os fins da administração da Justiça, divide-se em Regiões Judiciárias, Comarcas, Termos, Distritos, Subdistritos, formando, porém uma só circunscrição para os atos da competência do Tribunal de Justiça.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e II estão corretas.

**5. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Segundo o Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará é certo afirmar:

- I. Aos oficiais de registro de distribuição compete privativamente averbar o cancelamento do protesto.
- II. Serviços notariais e de registro são aqueles de organização técnica e administrativa destinados a garantir publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.
- III. Os titulares dos serviços notariais e de registro são os tabeliães de notas, os tabeliães de protesto de títulos e outros documentos de dívida, os oficiais de registro de distribuição de protesto, os oficiais de registro de títulos e documentos, os oficiais de registro civil das pessoas jurídicas, os oficiais de registro civil das pessoas naturais, os oficiais de registro de imóveis e o tabelião e oficial do registro de contratos marítimos.
- IV. A delegação a tabelião ou a oficial de registro não se extinguirá por aposentadoria, apenas por morte, invalidez, renúncia e perda da delegação.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

**6. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A correição consiste na inspeção dos serviços judiciários, para que sejam executados com regularidade, e no conhecimento de denúncia ou pedidos de providências. Todos os serviços judiciais e da polícia judiciária do Estado ficam sujeitos à correição, pela forma determinada no Regimento da Corregedoria. As Correições serão:

- a) Permanentes, Ordinárias Periódicas, Extraordinárias.
- b) Gerais Ordinárias, Permanentes, Ordinárias Periódicas, Extraordinárias.
- c) Gerais Ordinárias, Ordinárias Periódicas e Extraordinárias.
- d) Gerais Ordinárias e Extraordinárias.

**7. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** De acordo com o Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro de Estado do Pará, os titulares de serviço notarial e de registro são:

- a) Oficiais de registro de distribuição de protesto; oficiais de registro de títulos e documentos; oficiais de registro civil de pessoas jurídicas; oficiais de registro civil de pessoas naturais; oficiais de registro de imóveis.
- b) Tabeliães de notas; tabeliães de protestos, títulos e outros documentos de dívidas; oficiais de registro de distribuição de protesto; oficiais de registro de títulos e documentos; oficiais de registro civil de pessoas jurídicas; Tabelião e oficial do registro de contratos marítimos.
- c) Tabeliães de notas; tabeliães de protestos, títulos e outros documentos de dívidas; oficiais de registro de distribuição de protesto; oficiais de registro de títulos e documentos; oficiais de registro civil de pessoas jurídicas; oficiais de registro civil de pessoas naturais; oficiais de registro de imóveis;
- d) Tabeliães de notas; tabeliães de protestos, títulos e outros documentos de dívidas; oficiais de registro de distribuição de protesto; oficiais de registro de títulos e documentos; oficiais de registro civil de pessoas jurídicas; oficiais de registro civil de pessoas naturais; oficiais de registro de imóveis; Tabelião e oficial do registro de contratos marítimos.

**8. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** As funções de loteamentos de imóveis, usucapião, divisão e demarcação de terras, e Registros Torenis; Processar os protestos, vitorias e outras medidas que sirvam como documentos para a juntada em causa de sua competência; Decidir as dúvidas opostas por Tabeliães e qualquer oficiais de registros; Aplicar penas disciplinares aos Tabeliães e Oficiais de registros públicos, que ficarão sob sua imediata inspeção, promovendo a intervenção do Corregedor e do Ministério Público nos casos de competência destes. As funções anteriormente citadas são de competência:

- a) Juiz de Direito de registro Público.
- b) Juiz de Direito de registro Público.
- c) Juiz da Fazenda Pública.
- d) Juízes de Direito da Provedoria, Resíduos e Fundações.

**9. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto ao Tribunal de Justiça, que salvo disposição em Lei especial, funcionará com a presença de dois terços de Desembargadores efetivos para:

- a) A organização de Comissões.
- b) A elaboração da lista tríplex de advogados nas vagas do quinto a eles destinados.
- c) A remoção, transferência e disponibilidade de Desembargadores e Juízes.
- d) A eleição de Desembargadores Juízes Juristas para o Tribunal Regional Eleitoral.

**10. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A Lei 5.008 de 10 de dezembro de 1981 dispõe sobre a divisão e organização judiciária do Estado do Pará, assim como a administração da Justiça e seus serviços auxiliares. São Órgãos do Poder Judiciário do Estado:

- Tribunal de Justiça; Juízes de Direito; Pretores; Juízes de Paz; Tribunais do Júri; Justiça Militar.
- Tribunal de Justiça; Juízes de Direito; Pretores; Juízes de Paz; Tribunais do Júri.
- Juízes de Direito; Pretores; Juízes de Paz; Tribunais do Júri; Justiça Militar.
- Tribunal de Justiça; Juízes de Direito; Juízes de Paz; Tribunais do Júri; Justiça Militar.

**11. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Faculta-se a averbação parcial da construção mediante apresentação de "habite-se parcial", fornecido pelo Poder Público Municipal, bem como da certidão negativa de débito para com o INSS, em hipóteses como as seguintes, **EXCETO**:

- Construção de uma ou mais casas em empreendimento do tipo "vila de casas" ou "condomínio fechado".
- Construção da parte térrea do edifício, constituída de uma ou mais lojas, estando em construção o restante do prédio
- Construção de um bloco em empreendimento que preveja 2 (dois) ou mais blocos.
- Construção de imóvel multifamiliar exclusivamente residencial enquadrado no programa Minha Casa Minha Vida.

**12. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** O meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará é:

- O Malote Digital.
- O SIGA-DOC.
- O Ofício em papel timbrado, com selo de segurança.
- O Diário Eletrônico da Justiça.

**13. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** O Selo de Segurança será confeccionado com cores e tonalidades específicas, variáveis periodicamente, conforme dispuser ato das Corregedorias de Justiça; porém, devem obedecer os modelos e denominações previstas no Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, o qual aponta um total de:

- Sete (07) modelos.
- Cinco (05) modelos.
- Onze (11) modelos.
- Nove (09) modelos.

**14. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Adotado o sistema de escrituração eletrônica ou de registro eletrônico, a serventia deverá obrigatoriamente adotar sistema de *backups*, que será atualizado com:

- Periodicidade não superior a 60 (sessenta) dias e terá uma de suas vias arquivada na residência do tabelião ou do oficial de registro, aonde será posto sob vigilância os servidores ou qualquer espécie de sistema de mídia eletrônica ou digital que contenha requisitos de segurança.
- Periodicidade não superior a 1 (um) mês e terá ao menos uma de suas vias arquivada em local distinto da serventia, facultado o uso de servidores externos ou qualquer espécie de sistema de mídia eletrônica ou digital que contenha requisitos de segurança.
- Periodicidade não superior a 3 (três) meses e terá ao menos uma de suas vias arquivada em local distinto da serventia, facultado o uso de servidores externos ou qualquer espécie de sistema de mídia eletrônica ou digital que contenha requisitos de segurança
- Periodicidade não superior a 3 (três) meses, sendo dispensado o arquivo em local distinto da serventia.

**15. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Na planilha do módulo Cartório, do Sistema SIAE, o campo específico denominado DESPESA, deverá ser preenchido com os seguintes dados, **EXCETO**:

- Água.
- Obrigações trabalhistas/previdenciárias.
- Seguros.
- Aluguel.

**16. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A nomeação de substitutos e escreventes, assim como sua destituição, deverá ser feita por meio de Portaria Interna que, no caso dos escreventes, deverá discriminar as atribuições de cada um dos designados. Cópia desta Portaria Interna deverá ser encaminhada por ofício ao Juiz de Registros Públicos da respectiva comarca e à Corregedoria de Justiça, pelo Malote Digital, até o:

- 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da nomeação ou destituição.
- 01º. (primeiro) dia útil do mês subsequente ao da nomeação ou destituição.
- 05º (quinto) dia do mês subsequente ao da nomeação ou destituição.
- 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da nomeação ou destituição.

**17. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Os tabeliães e oficiais de registro do Estado do Pará deverão:

- Constituir obrigatoriamente uma Pessoa Jurídica *sui generis*, com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica Especial do Ministério da Fazenda – CNPJ-e, para fins exclusivamente fiscais, comunicando o respectivo número à Corregedoria de Justiça.
- Embora sejam pessoas físicas, requerer a inscrição da serventia no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ, para fins exclusivamente fiscais, comunicando o respectivo número à Corregedoria de Justiça.

- c) Como pessoas físicas, requerer a inscrição da serventia no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda – CPF, para fins exclusivamente fiscais, comunicando o respectivo número à Corregedoria de Justiça.
- d) Como pessoas físicas, requerer a inscrição da serventia no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda – CPF, para fins exclusivamente fiscais, comunicando o respectivo número ao Ministério da Justiça.

**18. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** No Estado do Pará são considerados titulares dos serviços notariais e de registro os:

- I. Tabeliães de protesto de títulos e outros documentos de dívida.
- II. Oficiais de registro de veículos automotores destinados à carga de mercadorias.
- III. Oficiais de registro de imóveis.
- IV. Tabeliães de notas.

A sequência correta é:

- a) Apenas a assertiva II está correta.
- b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.



**GABARITO**

1	C
2	C
3	C
4	C
5	C
6	B
7	D
8	A
9	B
10	A
11	D
12	A
13	C
14	B
15	C
16	A
17	B
18	D

**ORÇAMENTO PÚBLICO**

**1. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)**

A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o preconizado pela Constituição Federal de 88, quando esta menciona, em seu art. 165, que leis de iniciativa do poder executivo estabelecerão os planos orçamentários. Neste caso, é correto afirmar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias disporá, além do equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e formas de limitações de empenho, sobre

- a) avaliação do cumprimento das metas relativas às projeções futuras, de forma a certificar-se do atingimento do objetivo de superavit.
- b) princípios relativos ao controle de arrecadação de receitas e à avaliação dos custos variáveis relacionados aos programas de operação de crédito orçamentário.
- c) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- d) demais condições e exigências para captação de recursos a entidades públicas e privadas.
- e) a normatização das operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e no passivo financeiros.

**2. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)**

Os quadros – sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo; demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas; discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação; e das dotações por órgãos do Governo e da Administração – farão parte integrante

- a) da Lei de Orçamento.
- b) dos relatórios de transparência.
- c) do orçamento quadrimestral por poder federativo.
- d) da Lei de Diretrizes Financeiras e de Responsabilidade Fiscal.
- e) dos anexos do plano de resultado.

**3. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP- 2019)**

Em termos legais, conforme a Constituição Federal de 1988, art. 165, os planos orçamentários serão estabelecidos pelo Poder Executivo. Nesse sentido, a Lei que compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, é a

- a) do Plano Plurianual.
- b) de Diretrizes Orçamentárias.
- c) de Responsabilidade Fiscal.
- d) do Orçamento Anual.
- e) do Plano de Diretrizes e Planejamento.

**4. (CGE-RN – ANALISTA CONTÁBIL – IBFC- 2019)** Com relação ao Plano Plurianual (PPA), analise as alternativas abaixo e assinale a CORRETA.

- a) O PPA vigora por três anos e estabelece diretrizes da administração federal para as despesas correntes
- b) O PPA é um instrumento independente dos demais (LDO e LOA)
- c) O PPA tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública
- d) O PPA é um instrumento de planejamento de curto prazo do governo federal

**5. (CGE-RN – ANALISTA CONTÁBIL – IBFC- 2019)** A Lei 4.320/64, em seu Título I, menciona a Lei do Orçamento. A esse respeito, leia as afirmativas abaixo, atribuindo-lhes valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo.

( ) A Lei do Orçamento deve obedecer aos princípios de unidade universalidade e anualidade.

( ) Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

( ) Deverão acompanhar a Lei do Orçamento os quadros demonstrativos de receitas e quadros demonstrativos de despesas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V, V, V e V
- b) V, V, F e V
- c) F, V, V e F
- d) F, V, F e F

**6. (CGE-RN – ANALISTA CONTÁBIL – IBFC- 2019)** Em relação as etapas do orçamento a público: elaboração, acompanhamento e fiscalização, assinale a alternativa correta.

- a) Caso não receba a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas do Município, o Poder Executivo, considerará como proposta a Lei do Orçamento vigente
- b) Tabelas explicativas das estimativas de receita e despesa, especificação dos programas especiais de trabalho e projeto de lei do orçamento compõem a proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo
- c) O Poder Executivo publicará em até 30 dias após o encerramento de cada trimestre, relatório resumido de execução orçamentária
- d) O controle da execução orçamentária compreenderá a ilegalidade dos atos que resultem arrecadação ou a realização da despesa, a infidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos e, o descumprimento do controle de trabalho

**7. (CGE-RN – ANALISTA CONTÁBIL – IBFC- 2019)** A respeito da Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a alternativa incorreta.

- a) Compreende o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto
- b) Abarca o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público
- c) Traz o orçamento fiscal, composto pelas despesas com saúde, previdência social e assistência social, vinculadas a entidades e órgãos da administração direta e indireta e a empresas públicas
- d) Compreende o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto

**8. (TRF - 4ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA – FCC- 2019)** À luz da disciplina constitucional do processo de elaboração de leis orçamentárias,

- a) as emendas ao projeto de lei do orçamento anual serão apresentadas e apreciadas perante a Comissão mista permanente de Deputados e Senadores responsável por exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução orçamentária.
- b) o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- c) o Presidente da República poderá propor modificação nos projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual, desde que não iniciada a votação do projeto respectivo, na Comissão mista parlamentar permanente.
- d) as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que metade deste percentual será destinada a ações de desenvolvimento e manutenção do ensino.
- e) os recursos que, em decorrência de veto ao projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

**9. (UFRN – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO – COMPERVE - 2019)** Na elaboração do orçamento público, deve-se considerar como receita corrente líquida o somatório das seguintes receitas: as tributárias, as de contribuições, as patrimoniais, as industriais, as agropecuárias, as de serviços, as de transferências correntes como também as de outras receitas correntes. Dessas receitas, é necessário deduzir

- a) as despesas financeiras dos meses anteriores, excluídas as duplicidades.
- b) o valor transferido dos Estados, do Distrito Federal e da União por determinação constitucional ou legal, de ordem corrente ou de capital.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**1. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- b) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- c) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- d) A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

**2. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Sobre o Poder Legislativo é correto afirmar que:

- a) Nenhuma das unidades da Federação terá menos de 4 (quatro) ou mais de 80 (oitenta) deputados.
- b) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, segundo o princípio majoritário.
- c) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos, segundo o sistema proporcional.
- d) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa (Câmara dos Deputados e Senado Federal) e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

**3. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, **EXCETO**:

- a) O Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- b) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- c) O Presidente da República.
- d) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

**4. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de [...] membros com mandato de [...] anos, admitida uma recondução:

- a) 13 (treze); 3 (três).
- b) 15 (quinze); 2 (dois).
- c) 17 (dezesete); 3 (três).
- d) 11 (onze); 2 (dois).

**5. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Compete privativamente ao Presidente da República, **EXCETO**:

- a) Vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
- b) Decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- c) Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- d) Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos pela Constituição.

**6. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, [...] do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por [...] Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles:

- a) Três por cento; oito.
- b) Um por cento; cinco.
- c) Dois por cento; sete.
- d) Cinco por cento; dez.

**7. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A emenda à Constituição da República Federativa do Brasil será promulgada:

- a) Exclusivamente pela Presidência da Câmara dos Deputados.
- b) Pela Presidência da República.
- c) Exclusivamente pela Presidência do Senado Federal.
- d) Pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

**8. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Quanto aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais é correto afirmar que a:

- a) Remuneração do trabalho diurno superior à do noturno.
- b) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- c) Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um quarto a mais do que o salário normal.
- d) Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

**9. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Conceder-se-á [...] para assegurar o conhecimento de informação relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público:

- a) Ação civil pública.
- b) Habeas corpus.
- c) Mandado de Injunção.
- d) Habeas data.

**10. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, **EXCETO**:

- a) Concessão de asilo político.
- b) Independência nacional.
- c) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- d) Intervenção em países em guerra.

**11. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** O poder de fiscalização, atribuído ao poder judiciário pela Constituição Federal:

- a) A aplicação das medidas disciplinares guarda correspondência primordialmente retributiva com o fato da infração.
- b) O juízo competente poderá instaurar o procedimento disciplinário mediante representação de qualquer interessado.
- c) A imposição de penas disciplinares aos notários e registradores só podem ser feita em processos judiciais.
- d) Não inclui a tarefa de apuração das infrações disciplinares e apenamento disciplinar dos notários e registradores.

**12. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A Carta Magna que trouxe diversas novidades, dentre estas a constitucionalização dos direitos sociais, a criação da Justiça Eleitoral, o sufrágio feminino, o voto secreto e o mandado de segurança, refere-se a:

- a) Constituição da República Federativa de 1988.
- b) Carta Constitucional de 1934.
- c) Carta Constitucional de 1824.
- d) Carta Magna de 1891.

**13. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Por controle de constitucionalidade, significa dizer que há uma verificação da compatibilidade entre as leis e os atos normativos com a Constituição Federal, tanto do ponto de vista formal, quanto do material. Sobre as formas de controle de constitucionalidade brasileira, assinale a opção **INCORRETA**:

- a) Controle Repressivo, utilizado quando a lei já está em vigor, havendo um erro do lado preventivo, pode se desfazer essa lei que escapou dos trâmites legais e passou a ser uma lei inconstitucional.
- b) Controle Preventivo tem por finalidade impedir que um projeto de lei inconstitucional venha a ser uma lei.
- c) Controle Político, ato de bem governar em prol do interesse público.
- d) Controle Jurisdicional, exercido por um órgão do Poder Judiciário, Executivo ou Legislativo.

**14. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representa um marco histórico na legislação ambiental brasileira, sendo responsável pela elevação do meio ambiente à categoria dos bens tutelados pelo ordenamento jurídico, bem como estabeleceu o direito ao meio ambiente sadio como um direito fundamental do indivíduo. Segundo a Constituição Fe-

deral de 1988 incumbe ao Poder Público iniciativas para resguardar o meio ambiente, assinale a alternativa **INCORRETA** sobre quais são as iniciativas:

- a) Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- b) Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- c) Verificar a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, sem necessidade de estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- d) Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

**15. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Por Estado de Sítio entende-se a situação de comoção interna ou externa sofrida pelo Estado, que enseja a suspensão temporária de garantias individuais, a fim de preservar a ordem constituída, que se encontra perturbada por motivo de comoção grave de repercussão nacional ou por situação de beligerância com Estado estrangeiro. Referida situação acarreta a suspensão temporária e localizada das garantias individuais. Assinale a alternativa **INCORRETA** que não representa uma medida a ser tomada no curso do Estado de Sítio:

- a) Restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei.
- b) Detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.
- c) Suspensão da liberdade de reunião; intervenção nas empresas de serviços privados; requisição de bens.
- d) Obrigação de permanência em localidade determinada.

**16. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Sabe-se que o poder constituinte se refere à manifestação soberana da suprema vontade política de um povo, social e juridicamente organizado. Referido poder teria seu marco histórico através das Constituições escritas, visando à limitação do poder estatal e a preservação dos direitos e das garantias individuais. O Poder Constituinte originário estabelece a Constituição de um novo Estado, organizando-o e criando os poderes destinados a reger os interesses de uma comunidade. São características do Poder Constituinte Originário:

- a) Inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado.
- b) Inicial, ilimitado, subordinado e incondicionado.
- c) Derivado, ilimitado, autônomo e incondicionado.
- d) Derivado, ilimitado, subordinado e incondicionado.

**17. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.
- Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.
- O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.
- Lei federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

**18. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A República Federativa do Brasil é disciplinada, no que tange sua ordem econômica, por um conjunto de princípios expressos no art. 170 da Constituição Federal de 1988, que assim expressa: “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social [...]”. Assinale a alternativa que representa os princípios norteadores da ordem econômica de acordo com o citado artigo da Constituição Federal:

- Soberania nacional; propriedade pública; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do consumidor; defesa do meio ambiente; redução das desigualdades regionais e sociais; busca de pleno emprego; tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- Soberania nacional; propriedade privada; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do consumidor; redução das desigualdades regionais e sociais; busca de pleno emprego; tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- Soberania nacional; propriedade privada; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do meio ambiente; redução das desigualdades regionais e sociais; busca de pleno emprego; tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- Soberania nacional; propriedade privada; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do consumidor; defesa do meio ambiente; redução das desigualdades regionais e sociais; busca de pleno em-

prego; tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

**19. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A família considerada a base da sociedade pode ser considerada o instituto que mais sofreu alterações ao longo dos tempos, e a legislação precisa acompanhar a evolução da sociedade garantindo apoio e resguardando os direitos dos membros familiares. Os princípios constitucionais do Direito de Família trouxeram considerável revolução ao ordenamento jurídico brasileiro, no sentido de reconhecer o pluralismo familiar existente no mundo fático, em virtude das novas espécies de família que se constituíram ao longo do tempo. São princípios constitucionais norteadores do Direito de Família:

- Dignidade da pessoa humana, isonomia, solidariedade social, afetividade.
- Isonomia, afetividade, dignidade da pessoa humana.
- Dignidade da pessoa humana, isonomia, solidariedade social.
- Isonomia, solidariedade social, afetividade.

**20. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A Federação ou também chamada de Estado Federal é forma adotada pela República Federativa do Brasil desde a proclamação da República em 1889, e encontram-se fundamentado nas coletividades regionais e políticas autônomas, denominadas Estados, insere-se neste contexto o Distrito Federal e os municípios, esta é a base do Princípio Federalista. Assinale a alternativa que demonstra todas as características do princípio anteriormente citado:

- Descentralização política ou repartição constitucional de competências, repartição constitucional de rendas, participação da vontade das entidades locais; possibilidade de autoconstituição; autonomia administrativa; autonomia política.
- Repartição constitucional de rendas e participação da vontade das entidades locais, repartição constitucional de competências, autonomia administrativa.
- A descentralização política ou repartição constitucional de competências e a autonomia política.
- Autonomia administrativa e autonomia política.

**21. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A Nacionalidade representa o vínculo jurídico político que liga o indivíduo a um Estado. A República Federativa do Brasil reconhece formas originárias e derivadas de reconhecimento de nacionalidade. Pode-se afirmar quanto à nacionalidade brasileira:

- Jus Soli, neste sistema a nacionalidade originária se estabelece pelo local do nascimento dos pais, independentemente da nacionalidade dos pais.
- Jus Domicili, temos a hipótese do filho de brasileiros que nasce no exterior e que vem residir no Brasil antes de atingir a maioridade; na nacionalidade secundária o domicílio é elemento assegurador da naturalização.

- c) Jus Sanguinis: provém da antiguidade o sistema pelo qual os filhos adquirem a nacionalidade de seus pais. Neste sistema o filho adquire a nacionalidade que os pais tinham à época do seu nascimento, sendo afetado por eventuais mudanças de nacionalidade que posteriormente ocorram a seus pais.
- d) A nacionalidade originária se materializa por meio de dois critérios que incidem no momento do nascimento: o jus soli (nacionalidade do país em que nasce) e o jus sanguinis (aquisição da nacionalidade dos pais à época do nascimento).

**22. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses, tendente a assegurar a todos o direito à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridade. O programa será implementado com a participação de rede constituída:

- I. Por todos os órgãos do Poder Judiciário.
- II. Por Entidades públicas.
- III. Pelo Conselho Nacional de Justiça.
- IV. Por Universidades e instituições de ensino.

A sequência correta é:

- a) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas
- b) Apenas a assertiva II está correta.
- c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

**23. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania é possível a concessão de:

- a) Habeas corpus.
- b) Mandado de Injunção.
- c) Habeas data.
- d) Mandado de Segurança.



## GABARITO

1	A
2	D
3	A
4	B
5	C
6	B
7	D
8	B
9	D
10	D
11	B
12	B
13	D
14	C
15	C
16	A
17	C
18	D
19	A
20	A
21	D
22	C
23	B

## DIREITO CIVIL

**1. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Assinale a alternativa que indica a ordem correta de privilégio geral sobre os bens do devedor insolvente, conforme o Código Civil:

- a) Créditos pelo salário dos empregados domésticos, nos derradeiros seis meses de vida; crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente e anterior; custas judiciais e despesas com a arrecadação e liquidação da massa; crédito por despesa de funeral.
- b) Crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente e anterior créditos pelo salário dos empregados domésticos, nos derradeiros seis meses de vida; custas judiciais e despesas com a arrecadação e liquidação da massa; crédito por despesa de funeral.
- c) Créditos pelo salário dos empregados domésticos, nos derradeiros seis meses de vida; crédito por despesa de funeral; custas judiciais e despesas com a arrecadação e liquidação da massa; crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente e anterior.
- d) Créditos por despesa de funeral; custas judiciais e despesas com a arrecadação e liquidação da massa; crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente e anterior; e crédito pelo salário dos empregados domésticos, nos derradeiros seis meses de vida.

**2. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Em relação à elaboração de testamento, responda:

- I. A nomeação de herdeiro pode ser pura e simples, ou por certo motivo.
- II. Podem ser chamados a suceder as pessoas jurídicas, cuja organização, sob qualquer forma, seja determinada pelo testador.
- III. Não é possível a nomeação de herdeiro à termo, ou sob condição.

Assinale a alternativa correta

- a) Apenas a assertiva I é verdade
- b) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- c) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- d) Todas as assertivas são verdadeiras.

**3. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Em relação à sucessão legítima prevista no Código Civil, responda:

- I. Na classe dos descendentes, o grau mais próximo exclui o mais remoto, sendo concedido direito de representação somente até o quarto grau.
- II. Entre os colaterais, a sucessão se defere até o terceiro grau, sendo concedido direito de representação.

III. Na classe dos ascendentes, o grau mais próximo exclui o mais remoto, não sendo concedido direito de representação.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva III é verdadeira.
- b) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- c) Todas as assertivas são verdadeiras.
- d) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.

**4. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Sobre a validade do casamento, responda:

- I. O casamento celebrado com pessoa divorciada que ainda não realizou a partilha dos bens do casamento anterior é anulável.
- II. Não pode ser anulado por motivo de idade o casamento do qual resultou gravidez.
- III. O casamento realizado sob erro essencial quanto a pessoa do cônjuge é anulável, ainda que haja coabitação após a ciência do vício.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- d) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.

**5. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Sobre a fiança prevista no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Pode garantir obrigações nulas.
- b) Pode ser estipulada ainda que contra a vontade do devedor.
- c) Não pode ser de valor inferior à obrigação principal.
- d) Pode ser por escrito ou verbal.

**6. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A propriedade do solo prevista no Código Civil abrange:

- I. As jazidas, minas e recursos minerais.
- II. O espaço aéreo e o subsolo, em altura e profundidade úteis ao seu exercício.
- III. Os sítios arqueológicos.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- b) Apenas a assertiva I é verdadeira.
- c) Todas as assertivas são verdadeiras.
- d) Apenas a assertiva II é verdadeira.

**7. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Sobre penhor, anticrese e hipoteca, responda:

- I. É nula cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.
- II. Como regra, no penhor pignoratício a coisa empenhada fica na posse do credor.
- III. Se a dívida garantida não for paga no vencimento, o credor está autorizado a ficar com o objeto de garantia.
- IV. Somente os bens hipotecados ou penhorados garantem o pagamento da dívida e despesas judiciais, não remanescendo responsabilidade pessoal do devedor caso não sejam suficientes para tanto.

- a) Apenas a assertiva III é verdadeira.
- b) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- c) Todas as assertivas são verdadeiras.
- d) Apenas as assertivas I, III e IV são verdadeiras.

**8. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Sobre o contrato de compra e venda, responda em conformidade com o Código Civil:

- I. Não é lícita a compra e venda de bens entre cônjuges casados em regime de comunhão, parcial ou universal.
- II. A cláusula de retrovenda pode ser aposta em bens móveis e imóveis.
- III. A fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva III é verdadeira.
- b) Todas as assertivas são falsas.
- c) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- d) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.

**9. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Sobre as obrigações em geral, assinale a alternativa correta:

- a) Como regra, os acessórios não estão abrangidos na obrigação de dar coisa certa, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias.
- b) Nas obrigações alternativas de prestação periódica, a faculdade de escolha pode ser exercida a cada prestação.
- c) A indivisibilidade da obrigação se mantém ainda que a obrigação se resolva em perdas e danos.
- d) Nas obrigações de dar coisa incerta, não pode o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, independente da ciência do credor sobre a concentração.

**10. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Sobre a representação prevista no Código Civil, responda:

- I. É anulável o negócio jurídico que o representante celebrar consigo mesmo, salvo se expressamente permitido por lei ou pelo representado.

- II. Caso o representante substabeleça seus poderes, poderá celebrar negócios com o substabelecido sem que esteja sujeito a anulação e independente de permissão expressa da lei ou do representado.
- III. O negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado é anulável, independente do conhecimento de quem celebrou o negócio com o representante.

Assinale a correta:

- a) Todas as assertivas são verdadeiras.
- b) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- c) Apenas a assertiva I é verdadeira.
- d) Apenas a assertiva III é verdadeira.

**11. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Na instituição de usufruto:

- a) O usufrutuário não está autorizado a dar o imóvel objeto do usufruto em locação, salvo se expressamente disposto no ato constitutivo.
- b) Existe a possibilidade de ingresso do título de promessa de usufruto no fôlio real.
- c) O usufrutuário, que agindo culposamente, tenta alienar ou não presta manutenção adequada ao bem, dá causa à extinção do usufruto.
- d) A causa extintiva produz efeito desde logo, mesmo antes do cancelamento no registro de imóveis.

**12. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** O bem de família convencional:

- a) Não é requisito essencial para a instituição a condição de titular de domínio, com título aquisitivo devidamente registrado.
- b) Não se exige que o bem esteja a salvo de ônus e gravames.
- c) Diante da nova dimensão do conceito de entidade familiar, pode ser instituído pelos cônjuges, pelo separado judicialmente ou de fato, pelo viúvo ou por solteiro.
- d) É possível a constituição por condômino, qualquer que seja a modalidade de condomínio.

**13. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A doação de imóvel com cláusula de reversão significa:

- a) Que o imóvel não se comunicará caso o donatário de casar.
- b) Nenhuma das respostas está correta.
- c) Que o bem não pode ser vendido.
- d) Que o imóvel volta ao patrimônio do doador se o donatário falecer primeiro.

**14. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A cláusula de inalienabilidade de bem imóvel:

- a) Não pode ser retirada de comum acordo entre doador e donatário, mesmo quando estabelecida por escritura pública.
- b) Impede que o imóvel seja legado em testamento.
- c) Obsta que o imóvel seja locado.
- d) Pode ter a sub-rogação autorizada judicialmente.

**15. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável e será feito:

- I. Por testamento, ainda que incidentalmente manifestado.
- II. No registro do nascimento.
- III. Por manifestação direta e expressa perante o juiz, ainda que o reconhecimento não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém.
- IV. Por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório.

A sequência correta é:

- a) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- d) Apenas a assertiva IV está correta.

**16. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** No tocante as cláusulas especiais da compra e venda é correto afirmar:

- I. O vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de dois anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias.
- II. O direito de retrato, que é cessível e transmissível a herdeiros e legatários, poderá ser exercido contra o terceiro adquirente.
- III. Na venda de coisa móvel, pode o vendedor reservar para si a propriedade, até que o preço esteja integralmente pago.
- IV. Estipulado o pagamento por intermédio de estabelecimento bancário, caberá a este efetuá-lo contra a entrega dos documentos, sem obrigação de verificar a coisa vendida, pela qual não responde.

A sequência correta é:

- a) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- b) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas a assertiva IV está correta.

**17. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** São consideradas hipóteses de novação, **EXCETO**:

- a) Quando o credor recebe o pagamento de terceiro e expressamente lhe transfere todos os seus direitos.

- b) Quando, em virtude de obrigação nova, outro credor é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este.
- c) Quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.
- d) Quando novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor.

**18. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** É manifesta a ocorrência de vício no consentimento, quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta. O defeito do negócio jurídico acima disposto é classificado como:

- a) Dolo.
- b) Erro.
- c) Lesão.
- d) Estado de perigo.

**19. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou. No que diz respeito a este instituto do Código Civil é correto afirmar:

- I. Se o título deferir a opção a terceiro, e este não quiser, ou não puder exercê-la, caberá ao juiz a escolha se não houver acordo entre as partes.
- II. Quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção não poderá ser exercida em cada período.
- III. No caso de pluralidade de optantes, não havendo acordo unânime entre eles, decidirá o juiz, findo o prazo por este assinado para a deliberação.
- IV. Pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.

A sequência correta é:

- a) Apenas a assertiva IV está correta.
- b) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

**20. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto é classificada como:

- a) Delegação.
- b) Encargo.
- c) Termo.
- d) Condição.

**21. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** São considerados bens móveis para efeitos legais, **EXCETO**:

- a) As energias que tenham valor econômico.
- b) O direito à sucessão aberta.

- c) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- d) Os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.

**22. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Segundo a classificação apresentada pelo Código Civil vigente, são pessoas jurídicas de direito privado:

- I. Partidos políticos.
- II. Organizações religiosas.
- III. Autarquias.
- IV. Associações, sociedades, fundações e empresas individuais de responsabilidade limitada.

A sequência correta é:

- a) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas a assertiva IV está correta.
- d) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

**23. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Sobre o testamento, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Quem não saiba ou não possa ler somente poderá dispor de seus bens em testamento cerrado.
- b) O indivíduo inteiramente surdo, sabendo ler, lerá o seu testamento, e, se não souber, designará quem o leia em seu lugar, presentes as testemunhas.
- c) É proibido o testamento conjuntivo, seja simultâneo, recíproco ou corresponsivo.
- d) Toda pessoa maior de 16 (dezesesseis) anos pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens disponíveis, ou de parte deles, para depois de sua morte.

**24. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** É imprescindível a outorga do cônjuge em qualquer escritura que tenha por objeto alienação ou oneração de imóvel, **SALVO**:

- a) Se o casamento for sob o regime da separação total de bens, assim entendida a separação de bens resultante de pacto antenupcial, sendo esta única hipótese prevista em Lei.
- b) Se o casamento for sob o regime da separação total de bens, assim entendida a separação de bens resultante de pacto antenupcial, ou se, sob o regime da participação final nos aquestos, houver no pacto antenupcial expressa convenção de livre disposição dos bens particulares.
- c) Se o casamento for sob o regime da separação parcial de bens, assim entendida a separação de bens resultante de pacto antenupcial, aonde consta o detalhamento de cada bem.
- d) Se o casamento for sob o regime da participação final nos aquestos e houver no pacto antenupcial expressa convenção de disposição vinculada dos bens particulares, sendo esta única hipótese prevista em Lei.

**25. (TJ-SC – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – IESES - 2019)** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- b) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- c) Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.
- d) A lei revogada se restaura sempre por ter a lei revogadora perdido a vigência.

**26. (TJ-SC – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – IESES - 2019)** Relativamente à posse, assinale a alternativa que corresponda às afirmativas verdadeiras:

- I. É justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
  - II. É de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
  - III. Induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade.
  - IV. O possuidor de boa-fé não tem direito, enquanto a posse durar, aos frutos percebidos.
- a) I e III.
  - b) I e II.
  - c) II e III.
  - d) II e IV.

**27. (TJ-SC – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – IESES - 2019)** Assinale a alternativa que corresponda à afirmativa **FALSA**:

- I. A árvore, cujo tronco estiver na linha divisória, presume-se pertencer em comum aos donos dos prédios confinantes.
- II. O álveo abandonado de corrente pertence aos proprietários ribeirinhos das duas margens, sem que tenham indenização os donos dos terrenos por onde as águas abrirem novo curso, entendendo-se que os prédios marginais se estendem até o meio do álveo.
- III. Aquele que semeia, planta ou edifica em terreno alheio perde, em proveito do proprietário, as sementes, plantas e construções; se procedeu de boa-fé, terá direito a indenização.
- IV. O aluvião consiste em uma porção de terra que se destaca de um prédio e se junta a outro, por força natural violenta, sendo certo que o dono deste adquirirá a propriedade do acréscimo, se indenizar o dono do primeiro ou, sem indenização, se, em um ano, ninguém houver reclamado.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**1. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** De acordo com o Código de Processo Civil em vigência, extingue-se o processo, sem resolução de mérito:

- I. Quando ficar parado durante mais de seis meses por negligência das partes.
- II. Quando o juiz acolher a alegação de preempção, litispendência ou de coisa julgada.
- III. Pela convenção de arbitragem.
- IV. Quando a ação for considerada transmissível por disposição legal.

Analisando as afirmativas, assinale a alternativa correta:

- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas II e III estão corretas.
- c) Apenas I e III estão corretas.
- d) Apenas II e IV estão corretas.

**2. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** De acordo com o Código de Processo Civil em vigência, relativamente à Competência Interna, assinale a alternativa correta:

- I. É competente o foro da situação dos bens se o autor da herança não possuía domicílio certo e o do lugar em que ocorreu o óbito se o autor da herança não tinha domicílio certo e possuía bens em lugares diferentes.
- II. É competente o foro do domicílio do credor para a ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos.
- III. Nas ações de reparação do dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, será competente o foro do domicílio do autor ou do local do fato.
- IV. Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.

Analisando as afirmativas, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I, III e IV estão corretas.
- b) Todas estão corretas.
- c) Apenas I e III estão corretas.
- d) Apenas II e IV estão corretas.

**3. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** De acordo com o Código de Processo Civil em vigência, assinale a alternativa correta:

- a) A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão sempre propostas no foro do domicílio do réu.
- b) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência ou da inexistência de relação jurídica, bem como da autenticidade ou falsidade de documento, sendo admissível a ação declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

c) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, proceder a inventário e partilha de bens, situados no Brasil, exceto quando o autor da herança seja estrangeiro e tenha residido fora do território nacional.

d) O foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade e todas as ações em que o espólio for réu, exceto quando o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.

**4. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Indique a alternativa **INCORRETA**:

- a) O juízo de valores sobre fatos escapa ao alcance da ata notarial.
- b) O instrumento notarial se presta a prevenir litígios e a abreviá-los, diante da qualidade da prova que constituem.
- c) O controle da lavratura da ata notarial é exclusivo do notário, por se tratar de ato unilateral de sua exclusiva competência, sem que o requerente possa contestar ou refutar o que nela constar.
- d) O tabelião deve fazer um juízo de valor sobre os fatos por ele percebidos antes da lavratura da ata notarial.

**5. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória serão julgados em:

- a) Recurso de Apelação.
- b) Embargos Infringentes.
- c) Recurso Ordinário.
- d) Recurso Especial.

**6. (TJ-RS – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - PROVIMENTO – VUNESP - 2019)**

Consoante os ditames do Novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre o procedimento especial de inventário

- a) O processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de 3 (três) meses, a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes.
- b) O tabelião somente lavrará a escritura pública se todas as partes forem capazes e concordes, dispensando-se a assistência por advogado.
- c) O inventário e a partilha podem ser feitos por escritura pública, a qual constituirá documento hábil para levantamento de importância depositada em instituições financeiras.
- d) Não havendo testamento ou interessado incapaz, proceder-se-á ao inventário judicial.
- e) O credor de dívida líquida e certa, ainda que vencida, pode requerer habilitação no inventário.

**7. (TJ-RS – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - PROVIMENTO – VUNESP - 2019)**

João é casado com Maria, em regime de comunhão parcial de bens. O único patrimônio do casal consiste em um bem imóvel no qual residem. Em dezembro de 2018, João foi condenado pelo crime de estelionato praticado contra Pedro. Por meio de sentença penal transitada em julgado, João foi condenado ao ressarcimento dos valores obtidos ilegalmente. Pedro requereu a liquidação da sentença e, em seguida, o cumprimento desta, oportunidade em que indicou o imóvel residencial de João como passível de penhora. João foi intimado para pagar o débito, mas não o fez voluntariamente, razão pela qual foi expedido mandado de penhora. Considerando a situação hipotética narrada, assinale a alternativa correta.

- O requerimento de Pedro não poderá ser acolhido pelo fato de Maria também ser proprietária do bem imóvel.
- Maria não poderá opor a impenhorabilidade do bem de família, por se tratar de bem indivisível.
- Maria não será intimada da penhora porque a lei processual não lhe estende este direito.
- Maria poderá opor embargos de terceiro para assegurar sua quota-parte sobre o produto da alienação do bem.
- João poderá opor a impenhorabilidade do bem imóvel, por se tratar de bem de família.

**8. (TJ-RS – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - PROVIMENTO – VUNESP - 2019)**

Nos termos do artigo 495 do Código de Processo Civil, a decisão que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária, valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A hipoteca judiciária poderá ser realizada mediante apresentação de cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário, mediante ordem judicial ou declaração expressa do juiz.
- A hipoteca judiciária, uma vez constituída, implicará, para o credor hipotecário, o direito de preferência, quanto ao pagamento, em relação a outros credores, observada a prioridade no registro.
- No prazo de até 10 (dez) dias da data de realização da hipoteca, a parte informá-la-á ao juízo da causa, que determinará a intimação da outra parte para que tome ciência do ato.
- A decisão produz a hipoteca judiciária, salvo se a condenação for genérica ou se impugnada por recurso dotado de efeito suspensivo.
- Sobrevindo a reforma ou a invalidação da decisão que impôs o pagamento de quantia, a parte responderá, comprovada culpa, pelos danos que a outra parte tiver sofrido em razão da constituição da garantia, devendo o valor da indenização ser liquidado e executado nos próprios autos.

**9. (TJ-RS – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - PROVIMENTO – VUNESP - 2019)**

De acordo com a nova sistemática estabelecida pelo Código de Processo Civil, a falta de citação de um dos litisconsortes acarreta

- nulidade da decisão de mérito, em se tratando de litisconsórcio necessário simples.
- nulidade da decisão de mérito, em se tratando de litisconsórcio necessário ou facultativo.
- ineficácia da decisão em relação ao litisconsorte não citado, em se tratando de litisconsórcio necessário unitário.
- nulidade da decisão de mérito, em se tratando de litisconsórcio facultativo.
- ineficácia da decisão em relação ao litisconsorte não citado, em se tratando de litisconsórcio necessário simples.

**10. (TJ-RS – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - PROVIMENTO – VUNESP - 2019)**

Sobre as causas de indeferimento da petição inicial, assinale a alternativa correta.

- O réu será comunicado do resultado do julgamento após o trânsito em julgado de sentença de mérito proferida em favor dele antes da citação.
- A decisão de indeferimento da petição inicial não faz coisa julgada.
- Indeferida a petição inicial e não interposta apelação, dispensa-se a intimação do réu sobre o trânsito em julgado da sentença.
- Indeferida a petição inicial, cabe juízo de retratação no prazo de 10 (dez) dias.
- O autor poderá interpor recurso de agravo de instrumento contra a decisão que indefere a petição inicial.

**11. (TJ-RS – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - PROVIMENTO – VUNESP - 2019)**

De acordo com o Código de Processo Civil, os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. Sobre a matéria, assinale a alternativa correta.

- O juiz proferirá os despachos no prazo de 5 (cinco) dias, as decisões interlocutórias no prazo de 10 (dez) dias e as sentenças no prazo de 20 (vinte) dias.
- Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, mediante declaração judicial, ficando assegurado à parte provar que não o realizou por justa causa.
- Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 3 (três) meses.
- Em qualquer grau de jurisdição, havendo motivo justificado, pode o juiz exceder, por igual tempo, os prazos a que está submetido.
- Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, mediante simples requerimento.

**12. (TJ-RS – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - PROVIMENTO – VUNESP - 2019)** Nos termos do artigo 4º do Código de Processo Civil, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa. Considerando que o processo civil deve ser interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que referido dispositivo consagra os seguintes princípios:

- a) cooperação processual, proporcionalidade razoabilidade e eficiência.
- b) boa-fé objetiva processual, isonomia material e impulso oficial.
- c) contraditório participativo, impulso oficial e legalidade.
- d) razoável duração do processo, primazia das decisões de mérito e efetividade.
- e) inafastabilidade da jurisdição e estímulo a resolução consensual de conflitos.

**13. (TJ-RS – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - PROVIMENTO – VUNESP - 2019)** Em relação ao reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras, é correto afirmar:

- a) A homologação para o reconhecimento ou a execução da sentença arbitral estrangeira também será denegada se o Supremo Tribunal Federal, constatar que a decisão ofende a ordem pública nacional e as disposições contidas em tratado internacional firmado com o País de origem.
- b) A sentença arbitral estrangeira será reconhecida ou executada no Brasil de conformidade com os tratados internacionais com eficácia no ordenamento interno e externo e, na sua ausência, estritamente de acordo com a Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro.
- c) A homologação de sentença arbitral estrangeira será requerida pela parte interessada, devendo a petição inicial conter as indicações da lei processual civil, e ser instruída necessariamente, dentre os requisitos legais, com o original da convenção de arbitragem ou cópia devidamente certificada, acompanhada de tradução oficial.
- d) Para ser reconhecida ou executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira está sujeita, unicamente, à homologação do Supremo Tribunal Federal.
- e) Dentre outras situações, somente poderá ser negada a homologação para o reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira, quando as partes demonstrarem a ausência de cláusula compromissória; a sentença arbitral não se tenha, ainda, tornado obrigatória para as partes ou seja passível de nulidade.

**14. (TJ-DFT – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – CESPE - 2019)** Um empresário decidiu investir parte de seu patrimônio na construção de um edifício em terreno de sua propriedade, no município onde reside. Como o terreno está localizado ao lado de um imóvel considerado patrimônio histórico, o empresário solicitou autorização do órgão competente para dar início à execução de seu projeto. Com resposta

favorável, o empresário foi autorizado a dar início à construção do prédio. Porém, os laudos de peritos técnicos indicaram que a construção causará danos estruturais ao imóvel considerado patrimônio histórico.

Nesse caso, a anulação da autorização previamente concedida deverá ser pleiteada por intermédio de

- a) ação popular de iniciativa exclusiva do Ministério Público.
- b) ação civil pública, que poderá ser proposta por qualquer cidadão.
- c) mandado de segurança, que deverá ser impetrado pelo Ministério Público.
- d) mandado de segurança, que poderá ser impetrado por qualquer cidadão.
- e) ação popular de iniciativa de qualquer cidadão.

**15. (TJ-DFT – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – CESPE - 2019)** Júlio, fiador de Vicente no contrato de aluguel de um imóvel, em certo dia recebeu citação por estar sendo demandado em processo referente ao bem resguardado pela fiança. Ao perceber que Vicente, como devedor principal não compunha o polo passivo da ação, Júlio procurou um advogado para incluir Vicente na demanda. Nesse caso, o procurador de Júlio deverá fazer um pedido de

- a) denúncia da lide.
- b) assistência simples.
- c) assistência litisconsorcial.
- d) chamamento ao processo.
- e) *amicus curiae*.

**16. (TJ-DFT – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – CESPE - 2019)** De acordo com a legislação processual civilista, há dois tipos de procedimentos especiais: os de jurisdição contenciosa, que dizem respeito à solução de litígios, e os de jurisdição voluntária, que se referem à administração judicial de interesses privados não litigiosos. A propósito desse assunto, assinale a opção correta.

- a) Na via extrajudicial, é admitida a consignação em pagamento em pecúnia ou em objeto diferente de dinheiro.
- b) Os embargos de terceiro poderão ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença, mas não são oponíveis no cumprimento de sentença nem na execução.
- c) Nas ações de usucapião, o Ministério Público deverá ser intimado para se manifestar, sob pena de nulidade dos atos processuais subsequentes.
- d) De acordo com o STJ, assim como ocorre para cheque prescrito, admite-se a ação monitória para duplicata sem aceite, sem protesto ou sem comprovante de entrega de mercadoria.
- e) São processadas e julgadas pelo procedimento especial previsto no Código de Processo Civil as ações de família, sejam elas contenciosas ou voluntárias.

**17. (TJ-DFT – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – CESPE - 2019)** Acerca da audiência de instrução e julgamento e do direito à produção de provas no curso desse ato processual, assinale a opção correta.

- De acordo com o Código de Processo Civil, as partes são impedidas de fazer perguntas diretamente às testemunhas, bem como de dirigir-lhes questionamentos que induzam as respostas ou tratem de fatos diversos do processo.
- O não comparecimento injustificado do advogado de qualquer das partes na audiência de instrução e julgamento não implicará a revelia para o réu nem a extinção do processo para o autor; porém, o juiz poderá dispensar a produção de provas requeridas pela parte cujo advogado estiver ausente.
- Ao réu cabe comprovar fatos constitutivos de seu direito subjetivo; ao autor caberá provar fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito discutido na demanda.
- A arguição de falsidade documental, por não ter natureza meritória, será resolvida necessariamente como questão incidental, sendo vedado às partes requerer que o juiz decida esse ponto como questão principal.
- O juiz poderá proferir a sentença em audiência ou posteriormente, atendendo ao prazo de trinta dias úteis previsto no Código de Processo Civil, fator esse que deve ser observado pelo Judiciário por se tratar de prazo próprio expresso no referido código.

**18. (TJ-DFT – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – CESPE - 2019)** Um cidadão ajuizou ação de cobrança em desfavor do município no qual reside. Após o regular trâmite processual, o pedido foi julgado procedente e o município foi condenado ao pagamento de quinze salários mínimos. Como não houve recurso, a sentença transitou em julgado. Porém, em razão do não cumprimento do disposto em sentença pelo município, o advogado do autor apresentou petição de cumprimento de sentença.

Uma vez que a petição apresentada está regular, o juiz, à luz do disposto no Código de Processo Civil, deverá determinar

- a intimação da procuradoria do município para que apresente impugnação no prazo de trinta dias.
- a citação da procuradoria do município para que, no prazo de trinta dias, promova o pagamento do valor da condenação ou apresente embargos, sob pena de penhora de bens.
- a intimação da procuradoria para que, no prazo de quinze dias, promova o pagamento do valor da condenação, sob pena de incidência de multa diária de 2%.
- a intimação do chefe do executivo do município para que pague o valor da condenação ou demonstre, no prazo de trinta dias, a inclusão desse valor no orçamento municipal do ano seguinte.
- a expedição de ordem de pagamento no valor integral da condenação, acrescido de multa no percentual de 15% sobre o valor da condenação.

**19. (TJ-DFT – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – CESPE - 2019)** Um estudante de 28 anos de idade do oitavo semestre do curso de direito, foi aprovado em concurso público para o cargo de analista de tribunal superior. Poucos meses depois da aprovação, o concurso foi homologado, e o estudante foi chamado para dar início aos trâmites para sua nomeação e posse. No entanto, por não ter ainda concluído o curso de direito, o universitário ficou impedido de ser nomeado, pois o edital do concurso exigia bacharelado em direito como requisito de investidura no cargo. Com receio de perder a oportunidade, o rapaz procurou um advogado para obter medida liminar que lhe resguardasse o direito de manter sua vaga até a conclusão do curso superior. Nessa situação hipotética, segundo a legislação vigente, o advogado do estudante poderá

- requerer tutela antecipada em caráter antecedente que, após estabilizada, poderá ser desconstituída por meio de ação autônoma, que deverá ser ajuizada no prazo de trinta dias a contar da ciência da decisão que tiver extinguido o processo.
- requerer tutela provisória cautelar, visto que restam configurados os requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*.
- ajuizar ação de obrigação de fazer cumulada com pedido de tutela provisória cautelar.
- requerer tutela antecipada em caráter antecedente, a qual, não sendo impugnada ou recorrida, passará a ser estável no mundo jurídico.
- impetrar mandado de segurança diretamente no STJ.

**20. (TJ-DFT – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – CESPE - 2019)** Acerca de atos processuais, assinale a opção correta.

- Embora o processo seja regido pelo princípio da instrumentalidade das formas, não é viável que depoimentos de testemunhas colhidos em audiência sejam registrados somente em sistema de gravação de áudio ou de vídeo, pois, para serem formalizados, devem ser devidamente transcritos.
- É vedado o lançamento de cotas marginais e interlineares nos autos, e o descumprimento dessa determinação incorrerá na sujeição do infrator à aplicação de multa pela prática de ato atentatório à dignidade da justiça no importe de um a dois salários mínimos.
- De acordo com o Código de Processo Civil, o curso dos prazos processuais é suspenso entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro; no entanto, juízes, promotores, defensores, procuradores federais e auxiliares da justiça exercerão atividades normalmente durante o referido período.
- Durante o período de férias forenses aplicáveis aos tribunais superiores, suspende-se a prática de atos processuais, paralisando-se até mesmo os procedimentos de jurisdição voluntária e os processos de nomeação ou remoção de tutor ou curador.
- Segundo o Código de Processo Civil, mesmo na hipótese de o juiz e as partes criarem um calendário processual, é essencial que haja a intimação das partes em relação aos atos processuais a serem realizados.

## GABARITO

1	B
2	D
3	B
4	B
5	C
6	D
7	D
8	A
9	C
10	D
11	D
12	C
13	B
14	A
15	E
16	A
17	E
18	B
19	B
20	B
21	C
22	A
23	B
24	A
25	B
26	C
27	D
28	B
29	C
30	D
31	B
32	C
33	D
34	D
35	B

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

**1. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** De acordo com o CPP, entender-se-á perdido, na totalidade, o valor da fiança:

- a) Se, regularmente intimado para ato do processo, o acusado deixar de comparecer, sem motivo justo.
- b) Se, condenado, o acusado não se apresentar para o início do cumprimento da pena definitivamente imposta.
- c) Se, deliberadamente, o acusado praticar ato de obstrução ao andamento do processo.
- d) Se o acusado praticar nova infração penal dolosa.

**2. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Acerca das provas no processo penal, responda a alternativa correta:

- a) Com a reforma processual de 2008, o código de processo penal adotou o sistema crossexamination para inquirição de testemunhas, não vigorando mais o sistema presidencialista.
- b) A inobservância da ordem de inquirição das testemunhas, durante a audiência de instrução e julgamento, acarreta em nulidade absoluta, por atentar contra matéria de ordem pública.
- c) O princípio do “nemotetur se detegere” engloba o direito do acusado de não ser obrigado a praticar qualquer comportamento ativo ou passivo que possa servir de prova para incriminá-lo.
- d) A medida cautelar de busca e apreensão não é cabível na fase de execução da pena, eis que seu uso somente é possível no processo de cognição.

**3. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Assinale a alternativa correta:

- a) A jurisprudência amplamente majoritária considera que o arquivamento do inquérito policial promovido por Juízo absolutamente incompetente acarreta em coisa julgada formal.
- b) Arquivado o inquérito policial por requerimento do Ministério Público, não é mais cabível a propositura de ação penal privada subsidiária da pública.
- c) A Participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.
- d) Ocorre o arquivamento indireto do inquérito policial quando o membro do Ministério Público deixa de incluir um crime ou um réu na denúncia, sem fazer qualquer menção quanto ao seu arquivamento.

**4. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** No que se refere aos exames de corpo de delito e das perícias em geral é correto afirmar:

- a) O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

- b) O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 30 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.
- c) A autópsia será feita pelo menos quatro horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.
- d) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 3 (três) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

**5. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada e:

- a) Em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.
- b) Em até 12 (doze) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.
- c) Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.
- d) Em até 36 (trinta e seis) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.

**6. (TJ-RS – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – VUNESP - 2019)** Assinale a alternativa cuja pena, hipoteticamente, atrairia a competência dos Juizados Especiais Criminais, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.099/95.

- a) Detenção de 1 a 3 anos.
- b) Prisão simples de 2 a 4 anos, e multa.
- c) Detenção de 2 a 4 anos, e multa.
- d) Reclusão de 1 a 3 anos, e multa.
- e) Reclusão de 1 a 2 anos

**7. (TJ-RS – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – VUNESP - 2019)** Nos estritos termos do art. 18 do CPP, é correto afirmar que depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de a base para a denúncia,

- a) não existe mais possibilidade de a autoridade policial investigar o fato.
- b) fica a autoridade policial impedida de investigar o mesmo indiciado com relação ao mesmo fato, podendo, contudo, continuar com a investigação de novos suspeitos.
- c) apenas mediante nova requisição ministerial ou judicial específica a autoridade policial pode proceder a novas investigações.
- d) a autoridade policial tem autonomia para seguir nas investigações, complementando-as, mas não pode repetir a produção das provas que já constam dos autos.
- e) a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

**8. (TJ-RS – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - PROVIMENTO – VUNESP - 2019)** Nos estritos termos do art. 63 da Lei nº 9.099/95, a competência dos Juizados Especiais Criminais é determinada

- a) pelo lugar em que a ocorrência policial foi registrada.
- b) pelo lugar do domicílio do acusado ou da vítima.
- c) pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- d) pela matéria.
- e) pela prevenção.

**9. (TJ-RS – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - PROVIMENTO – VUNESP - 2019)** Imagine que, no curso de uma ação penal, nova lei processual extinga com um recurso que era exclusivo da defesa, antes da prolação da decisão anteriormente recorível. A esse respeito, é correto afirmar que

- a) poderá ser manejado o recurso, por se tratar de possibilidade exclusiva da defesa.
- b) não será possível manejar o recurso, pois a lei processual penal aplicar-se-á desde logo.
- c) poderá ser manejado o recurso, pois o fato criminoso foi cometido sob a vigência da regra estabelecida pela lei anterior.
- d) não será possível manejar o recurso, pois a nova lei busca a igualdade processual (paridade de armas).
- e) poderá ser manejado o recurso, pois o processo se iniciou sob a vigência da regra estabelecida pela lei anterior.

**10. (TJ-DTF – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – CESPE - 2019)** De acordo com a doutrina, a legislação pertinente e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta, em relação às regras aplicadas à prisão temporária.

- a) O magistrado não poderá determinar de ofício a prorrogação do prazo da prisão temporária, ainda que comprovada pela autoridade judiciária a necessidade da referida medida.
- b) A lei de regência prevê a legitimidade do ofendido para requerer a prisão temporária no curso das investigações policiais em que se apure crime de ação penal privada.
- c) A eventual ilegalidade de decreto que tenha determinado a prisão temporária torna nulas as provas derivadas da segregação.

- d) A prisão temporária poderá ser convertida, após a sua decretação, em medida cautelar menos gravosa, a exemplo da liberdade provisória, com ou sem fiança.
- e) Estando em curso a prisão temporária do indiciado, o juiz deverá aguardar o termo final da custódia para o recebimento da denúncia, caso oferecida pelo Ministério Público.

**11. (TJ-DTF – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – CESPE - 2019)** Em relação aos procedimentos comum e especial, julgue os itens a seguir.

I As hipóteses de absolvição sumária previstas para o procedimento ordinário e sumário são aplicáveis a todos os processos penais desenvolvidos em primeiro grau de jurisdição, ainda que estes não sejam regulados pelo Código de Processo Penal.

II No procedimento comum ordinário, o juiz, logo após o recebimento da denúncia, determinará a citação do réu para comparecer à audiência de instrução do feito.

III No procedimento sumaríssimo, oferecida a denúncia e não sendo encontrado o autor do fato para ser citado, o juiz encaminhará o feito ao juízo comum, devendo, então, ser observado o rito sumário.

IV O procedimento comum sumário é cabível quando a ação penal tiver por objeto crime cuja pena máxima privativa de liberdade seja igual ou inferior a quatro anos.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.  
b) I e IV.  
c) II e IV.  
d) I, II e III.  
e) II, III e IV.

**12. (TJ-DTF – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – CESPE - 2019)** Francisco, por estar em lugar incerto e não sabido, após ser denunciado pelo Ministério Público, foi citado por edital. No referido processo criminal, atribui-se a ele a prática de um crime doloso, cuja pena máxima é de quatro anos de reclusão. Considerando essa situação e o entendimento jurisprudencial e doutrinário, assinale a opção correta.

- a) Caso Francisco constitua defensor, ficarão suspensos o processo e o prazo prescricional.
- b) De acordo com o entendimento do STJ, a suspensão do prazo prescricional não poderá ultrapassar quatro anos, que é a pena máxima do delito em razão do qual Francisco foi denunciado.
- c) O juiz poderá, fundamentadamente, determinar a produção antecipada de provas, mesmo sem a presença do réu.
- d) Se Francisco estiver preso na mesma unidade da Federação, a citação por edital realizada continuará válida.
- e) Se for levada aos autos a informação de que Francisco está em país estrangeiro, o juiz determinará a citação por carta rogatória, sendo reestabelecida a fluência do prazo prescricional a partir da expedição da ordem.

**13. (TJ-DTF – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – CESPE - 2019)** Em relação aos recursos no processo penal, assinale a opção correta.

- a) No caso de recurso exclusivo da defesa em crime de ação pública, é cabível, em segundo grau de jurisdição, a *mutatio libelli*, que implicará o aditamento da denúncia.
- b) A regra da voluntariedade dos recursos não é aplicável aos casos em que couber apelação de sentença condenatória quando o réu tiver sido defendido por defensor dativo no processo.
- c) Em procedimento de tribunal do júri, caso o Ministério Público não interponha recurso de apelação contra a sentença, o próprio ofendido poderá impugnar a decisão, desde que o faça no prazo legal e esteja devidamente habilitado nos autos como assistente de acusação.
- d) Interposto recurso da defesa e da acusação contra sentença condenatória, e entendendo o tribunal *ad quem* pela nulidade do processo desde o seu início por incompetência do juízo que tiver prolatado a sentença, não caberá ao juiz competente impor ao réu uma nova sentença mais gravosa.
- e) No caso de decisão condenatória cujos fundamentos admitam, simultaneamente, a apelação e o recurso em sentido estrito, a defesa deverá optar por aviar somente a primeira, ainda que seja cabível o segundo em ponto específico da decisão.

**14. (TJ-DTF – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – CESPE - 2019)** É cabível a interposição de recurso em sentido estrito contra despacho, decisão ou sentença que

I denegar *habeas corpus* na segunda instância.

II julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição.

III receber denúncia ou queixa-crime.

IV cassar fiança em razão de nova classificação jurídica do delito.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.  
b) I e IV.  
c) II e IV.  
d) I, II e III.  
e) II, III e IV.

**15. (TJ-DTF – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – CESPE - 2019)** Considerando as disposições processuais penais, a doutrina e a jurisprudência acerca da aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas e dos sujeitos processuais, assinale a opção correta.

- a) Caso um deputado federal seja denunciado ao STF por crime inafiançável praticado antes de sua diplomação, a Câmara dos Deputados poderá, instada por partido político com representatividade nessa casa, determinar a sustação do andamento do processo enquanto durar o mandato eletivo desse parlamentar.

- b) A norma processual material mais benéfica ao acusado, mesmo depois de revogada, continuará a regular os fatos ocorridos durante a sua vigência.
- c) No caso de morte do ofendido no decorrer da ação penal privada, poderá sua companheira em união estável sucedê-lo processualmente até o final do processo.
- d) O impedimento ou a suspeição do juiz em decorrência de parentesco por afinidade cessarão com o fim do casamento que lhes tiver dado causa, seja por divórcio, separação judicial, anulação ou morte, salvo se tiverem sido deixados descendentes.
- e) Quanto à ação penal pública, o assistente da acusação poderá intervir no procedimento desde a fase de inquérito policial e enquanto não transitar em julgado a sentença.

**16. (TJ-DTF – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – CESPE - 2019)** Em relação às comunicações e aos prazos no processo penal, assinale a opção correta.

- a) Após citação pessoal do acusado, o prazo para as providências atinentes à defesa será contado a partir da juntada do mandado de citação aos autos.
- b) Os prazos do Ministério Público são contados a partir da entrega do processo em setor administrativo do órgão, bastando que a carga seja formalizada pelo servidor competente.
- c) A intimação do defensor constituído pelo réu acerca de sentença condenatória deverá ocorrer pessoalmente, sendo contado o prazo recursal a partir desse ato intimatório.
- d) A intimação pessoal feita pelo escrivão no momento da audiência não dispensará a publicação do ato judicial no órgão oficial de publicidade.
- e) Ainda que a defesa seja intimada da expedição da carta precatória que trate de oitiva de testemunhas a ser realizada em outra comarca, será obrigatória a intimação do advogado constituído para conhecimento da data da audiência.

**17. (TJ-PR – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – NC-UFPR - 2019)** Sobre a prisão em flagrante, assinale a alternativa correta.

- a) No caso em que o agente é perseguido, logo após o fato, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em circunstâncias que façam presumir ser autor da infração, a situação de flagrância durará pelo prazo de 24 horas, depois do qual não será mais possível a prisão em flagrante.
- b) Não há crime quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.
- c) A falta de testemunhas da infração impedirá a autuação da prisão em flagrante.
- d) A comunicação da prisão ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso, ou à pessoa por ele indicada, deve ser feita em até 24 horas.
- e) Se for o caso de liberdade provisória, ao receber o auto da prisão em flagrante, o juiz a relaxará.

**18. (TJ-PR – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – NC-UFPR - 2019)** Sobre o tema da prova no Processo Penal brasileiro, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- ( ) É vedada ao juiz a iniciativa probatória durante a investigação preliminar.
- ( ) O Código de Processo Penal prevê o instituto da ilicitude probatória por derivação.
- ( ) O juiz que declarar a ilicitude probatória se torna impedido de seguir no processo, de modo que a prova ilícita deve ser desentranhada e, então, o processo encaminhado a juiz substituto.
- ( ) Em relação ao estado das pessoas, serão observadas as restrições probatórias estabelecidas na lei civil.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) F – V – F – V.
- b) V – F – V – V.
- c) F – F – V – V.
- d) V – V – F – F.
- e) F – V – V – F.

**19. (TJ-PR – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO – NC-UFPR - 2019)** O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) têm considerável jurisprudência sumulada em relação à competência jurisdicional em matéria penal. Sobre o tema, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- ( ) Caso um deputado estadual do Paraná contrate um indivíduo para matar seu adversário político, consumado o crime durante o exercício do mandato, será processado e julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
- ( ) Compete ao foro do local da recusa processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos.
- ( ) Caso a vítima seja indígena, competirá à Justiça Federal o julgamento de crime de furto.
- ( ) Em caso de tráfico interestadual de entorpecentes, cuja produção da substância ilícita se dá no Mato Grosso do Sul, para distribuição no Paraná, a competência é da Justiça Federal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – V – F – F.
- b) V – F – V – V.
- c) F – V – F – F.
- d) F – F – V – V.
- e) F – V – F – V.

**20. (TJ-PR – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - PROVIMENTO – NC-UFPR - 2019)** Em relação ao tema da ação processual penal, considere as seguintes afirmativas:

## DIREITO EMPRESARIAL

**1. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe a legislação vigente:

- a) A licença do uso da marca produzirá efeitos perante terceiros a partir da data do pedido de averbação no INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
- b) O prazo de vigência do registro da marca é improrrogável.
- c) O pedido de registro marca poderá ser cedido, mesmo antes da concretização do registro, desde que o cessionário atenda aos requisitos legais para requerer tal registro.
- d) O contrato de licença de uso da marca precisa estar averbado no INPI para efeito de validade de prova do uso.

**2. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Assinale a alternativa **INCORRETA** de acordo com o que dispõe as legislações que regem as cooperativas:

- a) As quotas do capital das cooperativas poderão ser transferidas para terceiros nos termos regulados pelo Estatuto.
- b) A responsabilidade dos sócios poderá ser limitada ou ilimitada, dependendo do caso.
- c) O quórum para as deliberações na Assembleia Geral é determinado com base no número de sócios e não na participação no capital social.
- d) Uma das características das cooperativas é a variabilidade do seu capital social.

**3. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe a legislação vigente sobre a sociedade simples, regidas pelas normas que lhe são próprias, assinale a alternativa correta:

- I. Se o contrato social for omissivo, os atos de administração da sociedade deverão ser praticados em conjunto pelos sócios.
- II. Os atos de competência conjunta de administradores poderão ser praticados sem o conjunto de todos, em situações de urgência, cujo retardo ou omissão podem provocar danos graves ou irreparáveis à sociedade.
- III. A administração da sociedade cabe apenas às pessoas naturais.
- IV. A modificação do capital social depende do consentimento de todos os sócios.

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Todas as assertivas estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e IV estão incorretas.
- d) Apenas a assertiva IV está incorreta.

**4. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Analise a alternativa **INCORRETA** de acordo com o que dispõe o Código Civil brasileiro sobre a sociedades:

- a) A inscrição do contrato social da sociedade em conta de participação em qualquer registro não confere personalidade jurídica à sociedade.
- b) Na sociedade em comum todos os bens sociais respondem pelos atos de gestão, sendo inoponível perante terceiros, ainda que levado ao conhecimento prévio destes, qualquer pacto limitativo de poderes.
- c) A especialização patrimonial da sociedade em conta de participação somente produz efeitos em relação aos sócios desta.
- d) A constituição da sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade.

**5. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Analise a alternativa **INCORRETA** de acordo com o que dispõe o Código Civil brasileiro sobre a sociedade limitada:

- a) Omissivo o contrato social, o sócio poderá ceder suas quotas a quem seja sócio, independentemente do consentimento dos demais sócios.
- b) A sociedade limitada poderá ser regida supletivamente pelas normas que regem a sociedade anônima, se e somente se estiver expressamente previsto no contrato social.
- c) O instrumento de alteração do contrato social poderá ser levado para registro, sem a necessidade de deliberação em assembleia ou reunião, caso tenha sido regularmente assinado por todos os sócios.
- d) A aprovação do balanço patrimonial e do resultado econômico, ainda que sem ressalvas, poderá ser anulada a qualquer tempo, uma vez demonstrados e comprovados vícios de qualquer natureza.

**6. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe a legislação vigente que regula a duplicata, assinale a alternativa correta:

- I. É dispensado o protesto para a execução do sacado de duplicata aceita.
- II. É obrigatório o protesto da duplicata para o exercício do direito de regresso em face dos endossantes e respectivos avalistas.
- III. Como regra, o aceite da duplicata pelo sacado é obrigatório, só podendo não ser realizado nas hipóteses expressas previstas na lei.
- IV. A cobrança judicial da duplicata pode ser promovida em face de todos os coobrigados, observando-se sempre a ordem em que figurem o título.

- a) Apenas as assertivas I e III estão incorretas.
- b) Todas as assertivas estão corretas.
- c) Somente a assertiva IV está incorreta.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.

**7. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Analise a alternativa correta de acordo com a legislação vigente que rege a Nota Promissória, a Letra de Câmbio, o Cheque e a Duplicata. Dentre os referidos títulos de crédito (Nota Promissória, Letra de Câmbio, Cheque e Duplicata) são denominados *ordem de pagamento*:

- a) Apenas a letra de câmbio e o cheque.
- b) A Nota Promissória, a Letra de Câmbio, a Duplicata e o Cheque.
- c) Apenas o cheque.
- d) Apenas a letra de câmbio, a duplicata e o cheque.

**8. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** No tocante ao cheque pode-se afirmar:

- I. Considera-se não escrita a estipulação de juros inserida no cheque.
- II. As obrigações contraídas no cheque são autônomas e independentes.
- III. Indicada a quantia mais de uma vez, quer por extenso, quer por algarismos, prevalece, no caso de divergência, a indicação da maior quantia.
- IV. O emitente garante o pagamento, considerando-se não escrita a declaração pela qual se exima dessa garantia.

A sequência correta é:

- a) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas a assertiva I está correta.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

**9. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** De acordo com a lei que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, a ação para reparação de dano causado ao direito de propriedade industrial prescreve em:

- a) 06 (seis) meses.
- b) 05 (cinco) anos.
- c) 02 (dois) anos.
- d) 03 (três) anos.

**10. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** O pagamento de uma letra de câmbio:

- a) Dependente do aceite e pode ser garantido por aval.
- b) Independente do aceite e do endosso, não havendo possibilidade de pode ser garantido por aval.
- c) Independente do aceite e do endosso, e pode ser garantido por aval.
- d) Dependente do aceite e pode ser garantido por fiança.

**11. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A patente de invenção e a de modelo de utilidade vigorará data de depósito respectivamente pelos prazos de:

- a) 30 (trinta) e 20 (vinte) anos.
- b) 20 (vinte) e 15 (quinze) anos.
- c) 20 (vinte) e 10 (dez) anos.
- d) 25 (vinte e cinco) e 15 (quinze) anos.

**12. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** NÃO compete a junta comercial o registro relativo ao arquivamento:

- a) Das declarações de microempresa.
- b) Dos documentos relativos à constituição, alteração, dissolução e extinção de sociedade de advogados.
- c) Dos atos concernentes a empresas mercantis estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil.
- d) Dos documentos relativos à constituição, alteração, dissolução e extinção de firmas mercantis individuais, sociedades mercantis e cooperativas.

**13. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Sobre o endosso na letra de câmbio pode-se afirmar:

- I. É possível o endosso parcial da letra de câmbio, especificando a parcela.
- II. Para a validade do endosso, é suficiente a simples assinatura do próprio punho do endossador ou do mandatário especial, no verso da letra.
- III. É possível o endosso e com ele se transmite a propriedade da letra de câmbio.
- IV. A cláusula “por procuração”, lançada no endosso, indica o mandato com todos os poderes, salvo o caso de restrição, que deve ser expressa no mesmo endosso.

A sequência correta é:

- a) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas a assertiva I está correta.
- c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

 **GABARITO**

1	C
2	A
3	B
4	B
5	D
6	C
7	D
8	A
9	B
10	C
11	B
12	B
13	A

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

**1. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Constituído o crédito tributário ou nascida a obrigação tributária, diversas são as formas através das quais tal obrigação poderá ser extinta, seja por previsão legal, seja por conduta ativa do sujeito passivo. O legislador previu essas modalidades de forma taxativa no artigo 156 do CTN. Identifique a opção que contenha todas as hipóteses legais através das quais poderá ser extinta a obrigação.

- O pagamento; a compensação; a prescrição e a decadência; a conversão de depósito em renda; o pagamento antecipado; a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória; a decisão judicial passada em julgado; a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
- O pagamento; a compensação; a transação; remissão; a prescrição e a decadência; a conversão de depósito em renda; o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 150 e seus §§ 1º e 4º; a consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do artigo 164; a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória; a decisão judicial passada em julgado; a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
- O pagamento; a compensação; a transação; a prescrição e a decadência; o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 150 e seus §§ 1º e 4º; a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória; a decisão judicial passada em julgado; a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
- O pagamento; o perdão; a compensação; a transação; remissão; a prescrição e a decadência; a conversão de depósito em renda; o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 150 e seus §§ 1º e 4º; a consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do artigo 164; a decisão judicial passada em julgado; a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

**2. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** O artigo nº 148 da Constituição Federal outorgou competência para a criação de Empréstimos Compulsórios que poderão ser exigidos em situações excepcionais. Indique de quem é a competência e quais são as situações excepcionais que autorizam a administração instituir e exigir o sobredito empréstimo, nos termos do Artigo nº 15 do Código Tributário Nacional.

- a) A competência para instituir empréstimo compulsório poderá ser exercida pelos municípios e pelos estados membros ante a ocorrência de calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis.
- b) A competência para instituir empréstimo compulsório é exclusiva da União e o mesmo poderá ser instituído ante guerra externa, ou sua iminência; calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis; conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.
- c) A competência para instituir empréstimo compulsório não é exclusiva da União e o mesmo poderá ser instituído ante guerra externa, ou sua iminência; calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis; conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.
- d) A competência para instituir empréstimo compulsório é concorrente entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da e o mesmo poderá ser instituído ante guerra externa, ou sua iminência; calamidade pública; conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.

**3. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, são pessoas jurídicas de direito público que possuem competência tributária, ou seja, uma parcela do poder tributário. Mas a Constituição Federal brasileira, ao mesmo tempo em que outorga a cada uma dessas entidades a competência para criarem impostos, limita-lhes o poder de tributar, através de seus artigos 150 a 152. Sendo assim, o poder de tributar destes entes não é absoluto. Dentro deste quadro de outorgas de competências e de limitações ao poder tributante a Carta Constitucional atribuiu a cada um desses entes determinadas competências tributárias. Identifique, nos termos do artigo nº 153 da Constituição Federal quais são os impostos de competência da União.

- a) Importação de produtos estrangeiros; exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; renda e proventos de qualquer natureza; produtos industrializados; operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; propriedade territorial rural; grandes fortunas, nos termos de lei complementar.
- b) Importação de produtos estrangeiros; exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; renda e proventos de qualquer natureza; produtos industrializados; operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; propriedade territorial rural; grandes fortunas, nos termos de lei complementar; operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- c) Importação de produtos estrangeiros; exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; renda e proventos de qualquer natureza; pro-

ductos industrializados; operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; propriedade territorial rural; propriedade predial e territorial urbana; grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

- d) Importação de produtos estrangeiros; exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; renda e proventos de qualquer natureza; produtos industrializados; operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

**4. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** O artigo nº 146 do CTN estabelece que a modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade no exercício do lançamento pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução. Trata-se de princípio de segurança jurídica que retira do âmbito da administração a possibilidade de:

- a) Aplicar o novo critério jurídico para os fatos geradores futuros, eis que já assentado critério que assegura ao contribuinte o direito não haver modificação interpretativa sobre fato tributário certo.
- b) Uma vez assentado um critério jurídico em relação a um fato tributário, aplicar retroativamente, respeitados os limites e prazos decadenciais, o novo critério jurídico.
- c) Promover a constituição de crédito tributário contra determinado sujeito passivo, a qualquer tempo, porque fixado um critério jurídico que lhe assegura um dado direito.
- d) Estender a sujeitos passivos diversos, que não tenham em suas operações a fixação de um dado jurídico com efeitos retroativos decorrentes.

**5. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** De acordo com a Lei 5.172/66, nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, assinale a alternativa correta:

- I. Os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.
  - II. O locador e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário.
  - III. Os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados.
  - IV. Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício.
- a) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
  - b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
  - c) Os itens I, II, III e IV estão corretos.
  - d) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.

**6. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Relativo ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos, assinale a alternativa correta:

- I. O imposto, de competência dos Estados, sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos tem como fato gerador a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil.
- II. O imposto, de competência dos Estados, sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos tem como fato gerador a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia.
- III. Nas transmissões causa mortis, ocorre um único fato gerador independente de quantos sejam os herdeiros ou legatários.
- IV. O imposto de competência dos Estados, sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos, não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos: quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.

- a) Os itens I, II, III e IV estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I, II e III estão corretos.

**7. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Referente à limitação da competência tributária da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, são vedados aos mesmos:

- I. Papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.
- II. Cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.
- III. Cobrar imposto sobre o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros.
- IV. Templos de qualquer culto.

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- d) Os itens I, II, III e IV estão corretos.

**8. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** No que tange a competência tributária, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.
- II. A atribuição, da competência tributária, compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

III. Constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

IV. A atribuição, da competência tributária, é irrevogável, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.

- a) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Os itens I, II, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.

**9. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** De acordo com a Lei 5.172/66, que dispõe sobre o sistema tributário nacional, identifique a assertiva correta:

- I. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- II. Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- III. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação.
- IV. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo relevantes para qualificá-la a destinação legal do produto da sua arrecadação.

- a) Apenas os itens II e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II, III e IV estão corretos.

**10. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Na iminência ou no caso de guerra externa é possível instituir, temporariamente, impostos extraordinários compreendidos ou não entre os referidos na Lei 5.172/66, suprimidos, gradativamente, no prazo máximo de cinco anos, contados da celebração da paz. Referidos impostos são de competência:

- a) Dos Estados.
- b) De todos os entes de forma concorrente.
- c) Dos Municípios.
- d) Da União.

**11. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Assinale a opção **INCORRETA** quanto ao imposto, de competência da União, sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários, referente ao motivo ensejador do fato gerador:

- a) Quanto às operações de crédito, a sua efetivação pela entrega total ou parcial do montante ou do valor que constitua o objeto da obrigação, ou sua colocação à disposição do interessado.

- b) Quanto às operações de seguro, apenas quando houver o recebimento do prêmio, na forma da lei aplicável.
- c) Quanto às operações relativas a títulos e valores mobiliários, a emissão, transmissão, pagamento ou resgate destes, na forma da lei aplicável.
- d) Quanto às operações de câmbio, a sua efetivação pela entrega de moeda nacional ou estrangeira, ou de documento que a represente, ou sua colocação à disposição do interessado em montante equivalente à moeda estrangeira ou nacional entregue ou posta à disposição por este.

**12. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** Analise a seguinte situação hipotética: João é casado com Maria pelo regime de comunhão universal de bens desde 1979, regime adotado através de pacto antenupcial. Na constância do casamento adveio o nascimento de quatro filhos: Arnaldo, Antônio, Alceu e Alice, todos atualmente maiores e capazes. João adquiriu durante sua vida vasto patrimônio de móveis e imóveis. João falece quando de uma viagem de trabalho. Aberta a sucessão, Arnaldo renuncia ao patrimônio deixado por seu pai. Alceu, por sua vez, cede seu quinhão hereditário em favor de sua irmã Alice. Diante do caso apresentado, assinale a opção que representa com precisão o imposto a ser pago:

- a) Imposto de transmissão causa mortis e doação.
- b) Imposto de renda.
- c) Imposto de doação.
- d) Imposto de transmissão causa mortis.

**13. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** A Lei 5.172 de 1966 dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Assinale a alternativa que determina de forma correta o conceito de tributo:

- a) Tributo é conceituado como sendo uma prestação compulsória em dinheiro feita pelo sujeito passivo da obrigação tributária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, decorrente de sanção de ato ilícito, desde que instituído em lei e cobrado mediante uma atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) Tributo é conceituado como sendo uma prestação compulsória em dinheiro feita pelo sujeito ativo da obrigação tributária, apenas em moeda, não decorrente de sanção de ato ilícito, desde que instituído em lei e cobrado mediante uma atividade administrativa plenamente vinculada.
- c) Tributo é conceituado como sendo uma prestação compulsória em dinheiro feita pelo sujeito ativo da obrigação tributária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, não decorrente de sanção de ato ilícito, desde que instituído em lei e cobrado mediante uma atividade administrativa plenamente vinculada.
- d) Tributo é conceituado como sendo uma prestação compulsória em dinheiro feita pelo sujeito passivo da obrigação tributária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, não decorrente de sanção de ato ilícito, desde que instituído em lei e cobrado mediante uma atividade administrativa plenamente vinculada.

**14. (TJ-PA – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES - 2016)** De acordo com o artigo 77º do CTN, taxa é um tributo “que tem como fato gerador o exercício regulador do poder de polícia, ou a utilização efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição”, de acordo com a definição citada, assinale a alternativa que **NÃO** se enquadra como fato gerador apto a cobrança de taxa:

- a) Prestação de serviço público de coleta de lixo.
- b) Prestação de serviço inerente à segurança pública.
- c) Retirada de passaporte
- d) Submissão de projeto de engenharia aos órgãos estatais competentes.

### GABARITO

1	B
2	B
3	A
4	B
5	D
6	C
7	D
8	D
9	C
10	D
11	B
12	A
13	D
14	B